



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS
DO DOURO E LEIXÕES S.A.**

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2004

Índice

1. Introdução	3
2. Actividade Portuária	5
3. Recursos Humanos.....	21
4. Formação Profissional e Cooperação.....	29
5. Marketing e Relações Públicas	34
6. Sistemas de Informação	35
7. Investimento.....	40
8. Análise económica e financeira	45
9. Balanço, Demonstrações de Resultados e Financeiras	55
10. Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados	63
11. Parecer do Fiscal Único	89
12. Certificação Legal de Contas	90

I. INTRODUÇÃO

A conclusão e apresentação pública do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Leixões são o facto mais marcante a registar no exercício de 2004. Nele se consubstancia a estratégia da Empresa para a próxima década, na sequência da conclusão das acções no Plano Geral de Ordenamento e Desenvolvimento do Porto de Leixões, aprovado em 1996. Neste novo documento estratégico assumimos como Declaração de Missão: **“Fazer do Porto de Leixões uma referência para as cadeias logísticas da fachada atlântica da Península Ibérica”**. Para atingir este desiderato elencamos 21 acções principais a desenvolver ao longo dos próximos anos. A elaboração deste plano foi um trabalho participado por toda a Comunidade Portuária, com especial envolvimento dos concessionários da movimentação de cargas e a sua implementação exigirá o envolvimento de todos os actores no processo portuário.

Na construção de cenários prospectivos de evolução e desenvolvimento utilizamos a combinação de duas variáveis-chave: a **competitividade interna** e o **posicionamento na cadeia logística**. São variáveis que a Autoridade Portuária não domina integralmente, mas em que pode dar um contributo significativo para que o objectivo plasmado na Declaração de Missão seja alcançado. A política de preço, a eficiência da operação portuária e a celeridade dos procedimentos administrativos são pilares em que assenta a competitividade interna e onde a Autoridade Portuária e Concessionários se propõem actuar. A oferta de serviços de valor acrescentado complementares à actividade portuária, considerámo-la determinante não só para atrair novos clientes ao Porto de Leixões como para o desenvolvimento da economia da Região Norte. Por isso, torna-se prioritária e fundamental a acção que contempla a estruturação de uma Plataforma Logística nas imediações do Porto de Leixões. Porém, esta é a acção que mais escapa à capacidade de intervenção da APDL, estando essencialmente dependente do Governo e da Autarquia.

Já em 2004 se começaram a desenvolver algumas das acções previstas no Plano Estratégico, conforme a calendarização estabelecida. O aumento da capacidade de navegabilidade do porto será alcançado com o rebaixamento dos fundos da bacia de rotação e do canal de acesso às docas interiores e com a substituição da actual ponte móvel por outra de vão mais largo. O lançamento do concurso para a execução do projecto de rebaixamento dos fundos foi já efectuado. Ainda no início de 2005 será lançado o concurso para a construção da nova ponte.

Neste exercício há a registar a entrega de um novo rebocador, o TRITÃO; um investimento superior a 3 milhões de euros que melhora significativamente a capacidade de resposta do Porto de Leixões à solicitação do serviço de reboque.

2004 fica infelizmente marcado pelo acidente que se verificou nas condutas da Galp de acesso ao Terminal Petrolífero, acidente que afectou significativamente o movimento de cargas registado neste ano. Não obstante, acabamos com um crescimento global de cargas movimentadas na ordem dos 2%. De registar o aumento da carga contentorizada que atingiu os 11,4% e a diminuição da carga geral fraccionada, 14,5%, segmento de carga, que, não sendo o que tem mais expressão, deverá merecer uma atenção em breve para evitar a continuação de uma quebra que, continuamente, se tem vindo a verificar.



O bom desempenho económico-financeiro que o Porto de Leixões tem tido nos últimos exercícios, melhorou em 2004. Os Resultados (antes de impostos) atingiram os 7,4 milhões de euros, sendo de assinalar que os resultados operacionais tiveram um crescimento expressivo tendo atingido os 4,5 milhões de euros. Todos os rácios de natureza económica e financeira registaram progresso relativamente ao exercício anterior consolidando-se assim a robustez da estrutura patrimonial da empresa.

2. ACTIVIDADE PORTUÁRIA

Enquadramento

É consabido que o ano de 2003 foi o culminar de um ciclo de abrandamento económico, que se vinha manifestando desde 2000, e em que se verificou um decréscimo de 1,3% da actividade económica. A previsão para 2004 relativamente ao desempenho da economia portuguesa, aponta para um incremento do PIB (produto interno bruto) de 1,1% segundo o Boletim Económico de Dezembro do Banco de Portugal.

O crescimento estimado para 2004 sustenta-se numa forte expansão da procura interna privada e, conseqüentemente, num aumento das necessidades de financiamento da economia portuguesa e numa diminuição da taxa de poupança dos particulares.

Para 2005 e 2006 prevê-se uma aceleração do PIB, para 1,6% e 2,0% respectivamente, sendo que, esta previsão assenta na hipótese de um crescimento robusto da procura externa dirigida à economia portuguesa, possibilitando que as nossas exportações passem de um crescimento estimado de 6,8% em 2004 (4,1% em 2003) para 7,5% em 2005 e para 8,6% em 2006. A procura interna deverá registar um crescimento moderado, sendo provável que desacelere em 2005, no seguimento da reversão do expressivo aumento do consumo privado e das importações em 2004, que registarão um crescimento significativo para 2004, com 8,2% (-0,5% em 2003). Esta evolução permitirá a recuperação da taxa de poupança das famílias para um nível próximo do observado em 2003.

No que diz respeito ao défice conjunto das balanças corrente e de capital, não se espera um evolução muito positiva, pois os efeitos positivos atrás referidos, serão contrariados pelo elevado preço do petróleo e da previsível redução das transferências da União Europeia no âmbito do QCA III.

A procura interna contraria em 2004 a tendência verificada nos anos anteriores. O consumo privado registará igualmente um valor claramente superior ao ano anterior, 2,2%; o consumo público apresentará um crescimento próximo do ano de 2003, 0,6%, e a formação bruta de capital fixo inverterá a tendência que se vinha verificando e registará um crescimento de 1,8% (-9,6% em 2003).

No que concerne à inflação, a projecção aponta para uma ligeira redução da taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), com 2,5% em 2004 (3,3% em 2003). O abrandamento no crescimento dos preços terá sido motivado pela apreciação da taxa de câmbio do euro, pela gradual redução dos preços de importação dos bens energéticos e também pela dinâmica favorável no crescimento dos preços dos bens alimentares não processados e dos bens industriais não energéticos.

No Porto de Leixões, estrutura portuária que serve uma larga fatia das trocas comerciais externas do país, o movimento global, em termos de mercadorias, reflecte o arrefecimento da economia no contexto nacional e internacional dos últimos tempos, embora registando comportamentos diversos ao nível dos segmentos de carga, quanto ao modo de acondicionamento das mercadorias desembarcadas e embarcadas.

Análise do Tráfego

Neste capítulo todos os dados estatísticos respeitantes aos restantes portos do Continente foram disponibilizados pelas respectivas autoridades portuárias e Delegações do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos.

Por razões de arredondamento os totais dos quadros seguintes podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.

Movimento de Navios

O número de navios entrados no porto em 2004, diminuiu face ao ano anterior (3,4%), totalizando 2.802 navios, dos quais 2.719 em Leixões e 83 no Douro.

Quanto à arqueação bruta total (GT), registou-se igualmente uma diminuição em comparação com 2003 (4,6%), perfazendo 19.973 milhares de GT.

A arqueação bruta média dos navios foi de 4.884 GT (menos 5,55% do que em 2003), para os de bandeira nacional, e de 7.555 GT (semelhante à de 2003) para os navios de bandeira estrangeira.

NAVIOS ENTRADOS E ARQUEAÇÃO BRUTA

NAVIOS	2004		2003		VAR. % 04/03	
	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT
NACIONAIS	448	2 188	463	2 394	-3,2%	-8,6%
ESTRANGEIROS	2 354	17 785	2 439	18 548	-3,5%	-4,1%
TOTAL	2 802	19 973	2 902	20 942	-3,4%	-4,6%

Os quadros seguintes espelham a análise da evolução do tráfego de navios nos portos do Continente (em número e em arqueação bruta) e a respectiva quota de mercado:

NAVIOS/ESCALAS NOS PORTOS DO CONTINENTE

PORTOS	2004		2003		VAR. % 04/03
	NAVIOS	%	NAVIOS	%	
VIANA DO CASTELO	208	1,9%	261	2,4%	-20,3%
LEIXÕES	2 802	25,4%	2 902	26,2%	-3,4%
AVEIRO	1 053	9,5%	1 013	9,1%	3,9%
LISBOA	3 481	31,6%	3 710	33,5%	-6,2%
SETÚBAL	2 124	19,3%	2 037	18,4%	4,3%
SINES	972	8,8%	804	7,3%	20,9%
OUTROS PORTOS	387	3,5%	351	3,2%	10,3%
TOTAL	11 027	100,0%	11 078	100,0%	-0,5%

ARQUEAÇÃO BRUTA NOS PORTOS DO CONTINENTE

PORTOS	2004		2003		VAR. % 04/03
	1000 GT	%	1000 GT	%	
VIANA DO CASTELO	799	0,7%	866	0,8%	-7,7%
LEIXÕES	19 973	18,4%	20 942	19,4%	-4,6%
AVEIRO	2 878	2,6%	2 734	2,5%	5,3%
LISBOA	36 545	33,6%	40 518	37,5%	-9,8%
SETÚBAL	28 860	26,6%	28 664	26,5%	0,7%
SINES	18 327	16,9%	13 171	12,2%	39,1%
OUTROS PORTOS	1 229	1,1%	1 139	1,1%	7,9%
TOTAL	108 611	100,0%	108 034	100,0%	0,5%

Confirmando o comportamento seguido quanto ao número de navios entrados, na arqueação bruta (GT), Leixões sofreu igualmente uma perda ligeira. Relativamente aos outros portos a tendência foi sensivelmente a mesma que a verificada para o número de navios.

Ao nível dos serviços marítimos prestados aos navios, os quadros abaixo espelham os indicadores de serviço de pilotagem e reboque por tipo de manobra:

SERVIÇO DE PILOTAGEM

TIPO DE MANOBRA	2004	2003	VAR. % 04/03
ATRACAÇÃO	2 628	2 732	-3,8%
LARGADA	2 627	2 726	-3,6%
MUDANÇA	286	309	-7,4%
TOTAL DE MANOBRAS	5 541	5 767	-3,9%

SERVIÇO DE REBOQUE

TIPO DE MANOBRA	2004	2003	VAR. % 04/03
ATRACAÇÃO	1 348	1 484	-9,2%
LARGADA	953	1 118	-14,8%
MUDANÇA	75	77	-2,6%
TOTAL DE MANOBRAS	2 376	2 679	-11,3%

Em ambos os tipos de serviço se regista uma diminuição do número total de manobras, o que se relaciona com a redução do número de navios entrados no ano transacto.

Movimento de Mercadorias

Em 2004, o conjunto dos portos comerciais do Continente representaram um movimento global de mercadorias de 59 351 milhares de toneladas, significando uma variação de 3,0% relativamente a 2003.

MOVIMENTO DE MERCADORIAS NOS PORTOS DO CONTINENTE

PORTOS	2004	2003	VAR. % 04/03
MIANA DO CASTELO	621	794	-21,9%
LEIXÕES	13 703	13 450	1,9%
AVEIRO	3 134	2 965	5,7%
LISBOA	11 784	12 471	-5,5%
SETÚBAL	6 522	6 091	7,1%
SINES	22 476	20 863	7,7%
OUTROS PORTOS	1 113	966	15,2%
TOTAL	59 351	57 600	3,0%

UNID. 1000 TON.

Pela análise do quadro acima, constata-se que o Porto de Leixões teve um crescimento ligeiro na movimentação de mercadorias em 2004 (1,9%), ao contrário dos portos de Aveiro, Setúbal e Sines que registaram variações bastante superiores (5,7%, 7,1% e 7,7% respectivamente). A principal razão para este aumento pouco significativo tem a ver com a redução na movimentação de granéis líquidos motivada pelo acidente ocorrido no Terminal Petrolífero, o que se traduziu numa redução de 173 milhares de toneladas (2,3%), em relação ao ano anterior. Em contraposição, a carga contentorizada e até mesmo os granéis sólidos registaram variações positivas significativas (11,4% e 6,3% respectivamente), o que atenuou o efeito já referido provocado pelos granéis líquidos.

COMÉRCIO EXTERNO DO CONTINENTE POR VIA MARÍTIMA

	2004	2003	VAR. % 04/03
IMPORTAÇÃO	38 767	38 224	1,4%
EXPORTAÇÃO	10 970	9 787	12,1%
TOTAL	49 737	48 011	3,6%

UNID. 1000 TON.

O comércio internacional no conjunto dos portos continentais cresceu 3,6% face ao ano anterior, sendo que este crescimento se ficou a dever quase exclusivamente às exportações.

De notar que as exportações registaram um aumento de 12,1%, enquanto que as importações verificaram um ligeiro acréscimo de 1,4%.

COMÉRCIO EXTERNO DO PORTO DE LEIXÕES

	2004	2003	VAR. % 04/03
IMPORTAÇÃO	8 268	8 681	-4,8%
EXPORTAÇÃO	2 689	2 151	25,0%
TOTAL	10 957	10 832	1,2%

UNID. 1000 TON.

Em relação ao Porto de Leixões, verificou-se face a 2003, um aumento assinalável das exportações (25,0%) e um decréscimo das importações (4,8%). No total, houve um aumento do comércio internacional de Leixões de 1,2%.

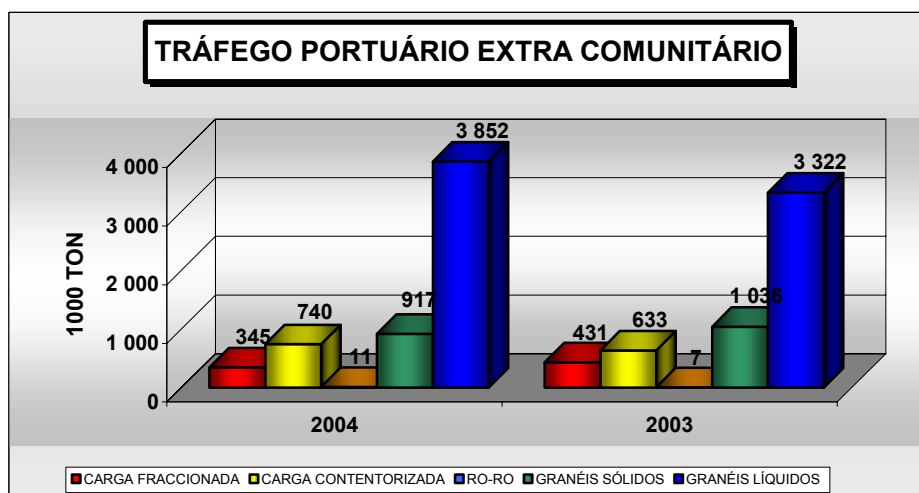
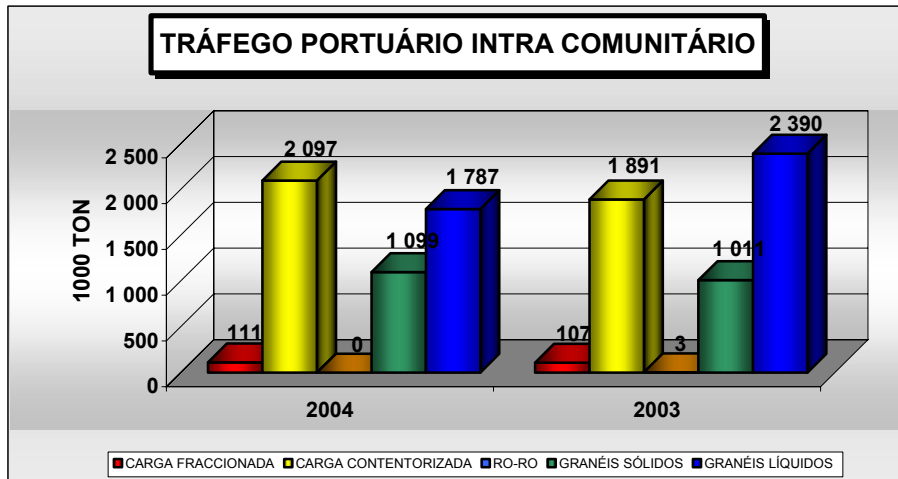
Relativamente à quota de mercado do Porto de Leixões no comércio externo do continente por via marítima verificou-se uma quase estabilização face ao valor alcançado em 2003.

COMÉRCIO EXTERNO DO CONTINENTE POR VIA MARÍTIMA

PORTOS	2004	2003
MIANA DO CASTELO	0,7%	1,1%
LEIXÕES	22,0%	22,6%
AVEIRO	6,1%	6,0%
LISBOA	20,0%	22,2%
SETÚBAL	10,3%	9,9%
SINES	38,8%	36,7%
OUTROS PORTOS	2,0%	1,6%
TOTAL	100,0%	100,0%

Em relação à origem/destino do comércio externo do Porto de Leixões em 2004, constatou-se uma pequena redução do tráfego intra-comunitário, para 48,2%, o que significa um aumento em igual proporção no tráfego extra-comunitário, para 51,8%.

A evolução dos tráfegos intra e extra-comunitários por tipos de carga, é demonstrada nos seguintes gráficos:



Ao contrário do ano passado, o tráfego portuário com a Comunidade Europeia revelou um decréscimo de 5,7%, determinado essencialmente pela forte redução observada na movimentação de granéis líquidos (-25,2%). Nos restantes tipos de carga, à excepção da carga em Ro-Ro (que é residual), registaram-se, no ano de 2004, fortes subidas, destacando-se mais uma vez a carga contentorizada.

Quanto ao tráfego portuário com países terceiros, registou-se uma variação positiva de 8,0% face ao ano anterior. Este aumento significativo deve-se à subida da movimentação de carga contentorizada (16,8%) e dos granéis líquidos (15,9%) que superaram a diminuição verificada na movimentação de carga fraccionada e granéis sólidos (-20,0% e -11,4% respectivamente).



No quadro seguinte exhibe-se o “ranking” dos países cujos portos assumiram maior relevância na movimentação de mercadorias (importações/exportações) com Leixões:

MOVIMENTO DE MERCADORIAS

ORIGEM E DESTINO	2004	2003	VAR. % 04/03
EGIPTO	1 362	1 214	12,2%
REINO UNIDO	1 280	1 940	-34,0%
PAÍSES BAIXOS	1 195	922	29,7%
ESPAÑA	934	715	30,6%
ARGÉLIA	899	625	43,9%
FRANÇA	503	598	-15,9%
LÍBIA	436	430	1,4%
RÚSSIA	352	72	389,4%
NORUEGA	348	179	94,5%
BÉLGICA	315	304	3,7%
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	288	365	-20,9%
BRASIL	272	206	32,3%
NIGÉRIA	247	267	-7,7%
ALEMANHA	233	311	-25,2%
ANGOLA	219	186	18,0%
LETÓNIA	214	315	-32,0%
ARGENTINA	210	205	2,4%
TURQUIA	142	105	36,0%
DINAMARCA	132	159	-17,2%
ALTO-MAR	131	257	-49,0%
SUÉCIA	97	88	10,1%
CABO VERDE	96	89	8,6%
MARROCOS	88	60	46,9%
IRLANDA	87	134	-35,0%
ITÁLIA	74	191	-61,1%
OUTROS	802	896	-10,5%
COMÉRCIO EXTERNO	10 956	10 831	1,2%
CONTINENTE E REGIÕES AUTÓNOMAS	2 747	2 619	4,9%
TOTAL	13 703	13 450	1,9%

UNID. 1000 TON.

Da informação do quadro anterior e no que concerne aos principais portos de origem, em 2004, os portos do Egipto, subiram ao primeiro lugar no movimento de mercadorias descarregadas no Porto de Leixões, com 1 356 milhares de toneladas. O Reino Unido, que no ano passado ocupava essa posição, caiu para o terceiro lugar com 832 milhares de toneladas. surge no segundo posto com 882 milhares de toneladas descarregadas em Leixões.

No que diz respeito aos principais portos de destino das mercadorias carregadas em Leixões, mais uma vez se destacam os da Holanda, Espanha e Reino Unido, com respectivamente 527, 454 e 448 milhares de toneladas. De realçar, por um lado, o forte crescimento das mercadorias com destino a Espanha e também a Angola (209 milhares de

toneladas), que representam aumentos face a 2003 de 64,5% e 18,8%, respectivamente, e, por outro, mais uma vez, o decréscimo das mercadorias com destino à Alemanha que registaram uma quebra de 20,4% (de 100 para 78 mil toneladas).

No tráfego de mercadorias intra-comunitário é de sublinhar o elevado acréscimo registado ao nível dos portos da Holanda e da Espanha (29,7% e 30,6% respectivamente) e a quebra nos portos do Reino Unido, da França, da Alemanha, da Irlanda e da Itália (respectivamente 34,0%, 15,9%, 25,2%, 35,0% e 61,1% em relação ao ano transacto).

Relativamente ao tráfego extra-comunitário é de registar um crescimento significativo no tráfego de mercadorias com os portos da Rússia (389,4%), da Noruega (94,5%), da Argélia (43,9%), do Brasil (32,3%), de Marrocos (46,9%) e da Turquia (36,0%). Por outro lado, destacam-se negativamente os portos dos E.U.A. e da Nigéria que registaram uma variação negativa de 20,9% e 7,7% respectivamente, em comparação com o ano de 2003.

A cabotagem marítima nacional (tráfego portuário entre os portos nacionais) evidenciou um crescimento de 4,9% face a 2003.

Movimento Global no Porto de Leixões

No ano de 2004, o movimento de mercadorias por sectores operacionais aumentou 6% nos Cais Comerciais e diminuiu 1,7% no Terminal Petroléiro. O quadro seguinte resume o movimento de mercadorias nos últimos dois anos por sector operacional e em milhares de toneladas.

REPARTIÇÃO POR SECTORES OPERACIONAIS

SECTORES	2004	2003	VAR. % 04/03
CAIS COMERCIAIS	6 627	6 250	6,0%
CARGA GERAL FRACCIONADA	467	546	-14,5%
CARGA CONTENTORIZADA	3 549	3 185	11,4%
CARGA RO-RO	11	10	10,0%
GRANÉIS SÓLIDOS	2 378	2 237	6,3%
GRANÉIS LÍQUIDOS	222	272	-18,4%
TERMINAL PETROLÉIRO	7 076	7 199	-1,7%
TOTAL	13 703	13 450	1,9%

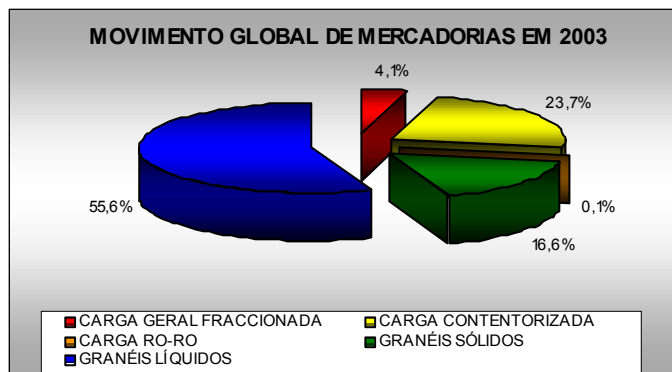
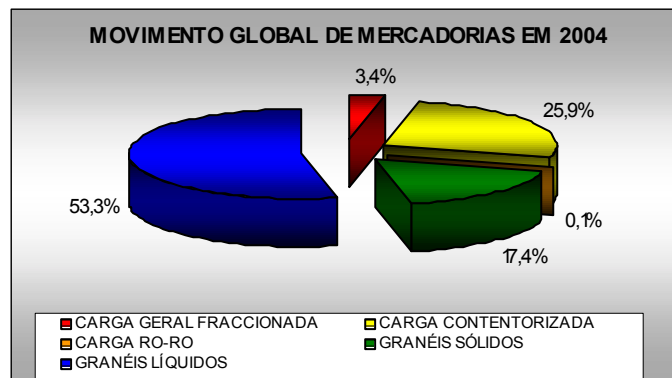
UNID. 1000 TON.

A carga geral fraccionada continua a registar uma evolução negativa de -14,5% atingindo 467 mil toneladas, da mesma forma que os granéis líquidos movimentados em Cais Comerciais que registam uma quebra de 18,4% relativamente a 2003, fixando-se em 222 mil toneladas. Tal como seria de esperar tendo em conta o período de inactividade resultante do acidente com a conduta de ligação à Petrogal, o terminal petroléiro movimentou menos que o ano passado, ficando 123 mil toneladas abaixo do movimentado em 2003 (-1,7%).

Pela positiva destaca-se a carga contentorizada que confirma novamente a tendência de forte crescimento dos últimos anos, materializada em 11,4% de crescimento face a 2003 e registando um movimento de 3 549 mil toneladas. Na carga ro-ro verificou-se uma evolução

positiva cifrando-se num movimento de 11 mil toneladas e os granéis sólidos continuaram a tendência anterior crescendo 6,3% e atingindo 2 378 mil toneladas.

A distribuição da movimentação global de mercadorias segundo os diferentes tipos de acondicionamento de carga não sofreu alterações significativas em 2004 evidenciando-se apenas a conhecida tendência progressiva para a contentorização de algumas mercadorias.



Carga Geral Fraccionada

Como é sabido, a carga geral fraccionada tem sofrido nos últimos anos fortes quebras que se traduziram no ano transacto numa descida de 79 milhares de toneladas acelerada pela forte concorrência de outros portos e a par da tendência de contentorização. As principais mercadorias movimentadas em operações de carga fraccionada são o Ferro/Aço e as Madeiras (Madeira em Bruto e Madeira Serrada).

CARGA GERAL FRACCIONADA

MERCADORIAS	2004	2003	VAR. % 04/03
AÇÚCAR	3	12	-75,0%
ALGODÃO N/ CARDADO	5	6	-16,7%
FERRO/AÇO (CHAPA, ARCO)	95	106	-10,4%
FERRO/AÇO N. D.	38	42	-9,5%
MADEIRA EM BRUTO	110	166	-33,7%
MADEIRA Prensada	6	6	0,0%
MADEIRA SERRADA	112	117	-4,3%
MÁQUINAS, APARELHOS E S/PARTES	23	12	91,7%
PARALELEPÍPEDOS	39	43	-9,3%
PEDRAS DE GRANITO	14	16	-12,5%
SISAL	1	3	-66,7%
MERCADORIAS DIVERSAS	21	17	23,5%
TOTAL	467	546	-14,5%

UNID. 1000 TON.

Com base no quadro reproduzido constata-se que a mercadoria que mais contribuiu para a quebra verificada neste segmento foi a Madeira em Bruto que viu o seu movimento reduzir-se em 56 mil toneladas. Verifica-se também uma evolução negativa na generalidade das mercadorias com excepção de Madeira Prensada (que manteve), Máquinas, Aparelhos e S/Partes (mais 11 mil toneladas) e Mercadorias Diversas (mais 4 mil toneladas).

Recorrendo às estatísticas fornecidas pelos restantes portos, reproduz-se um quadro com a quota de mercado dos principais portos do continente.

CARGA GERAL FRACCIONADA NOS PORTOS DO CONTINENTE

PORTOS	2004		2003		VAR. % 04/03
	1000 TON	%	1000 TON	%	
VIANA DO CASTELO	185	4,2%	208	4,7%	-11,1%
LEIXÕES	467	10,7%	546	12,5%	-14,5%
AVEIRO	1 456	33,2%	1 292	29,5%	12,7%
LISBOA	461	10,5%	442	10,1%	4,3%
SETÚBAL	1 677	38,3%	1 391	31,8%	20,6%
SINES	45	1,0%	23	0,5%	95,7%
OUTROS PORTOS	497	11,3%	477	10,9%	4,2%
TOTAL	4 788	100,0%	4 379	100,0%	9,3%

Setúbal e Aveiro reafirmam a sua forte posição de liderança com taxas de crescimento de 20,6% e 12,7% respectivamente. A quebra verificada no Porto de Leixões aproxima-o do valor de movimento de Lisboa que fica abaixo de meio milhão de toneladas. No global, verificou-se um aumento do volume de Carga Geral Fraccionada no continente de 9,3% contrariando a tendência anterior.

Carga Contentorizada

A carga contentorizada movimentada no Porto de Leixões cresceu 11,4% face ao ano anterior. As principais mercadorias movimentadas foram: Fios, Tecidos e Artigos Têxteis; Papel e Cartão; Azulejos e Mosaicos; Bebidas e Ferro/Aço.

CARGA GERAL CONTENTORIZADA

MERCADORIAS	2004	2003	VAR. % 04/03
ALGODÃO N/ CARDADO	53	73	-27,4%
ALUMÍNIO, COBRE, CHUMBO, ZINCO E OUTROS	41	38	7,9%
AZULEJOS, MOSAICOS, ETC.	156	137	13,9%
BEBIDAS, N.D.	167	130	28,5%
BORRACHA NATURAL E SINTÉTICA, EM BRUTO	42	36	16,7%
CHASSIS E PEÇAS P/VEÍCULOS	27	26	3,8%
CORTIÇA (BRUTO, OBRA)	45	42	7,1%
FERRO/AÇO N. D.	142	109	30,3%
FIOS, TECIDOS E ARTIGOS TÊXTEIS	229	214	7,0%
MADEIRA EM OBRA	31	28	10,7%
MADEIRA Prensada	115	50	130,0%
MADEIRA SERRADA	80	67	19,4%
MÁQUINAS, APARELHOS E S/PARTES	77	68	13,2%
MATÉRIAS PLÁSTICAS (BRUTO E OBRA)	117	120	-2,5%
PAPEL E CARTÃO	188	197	-4,6%
PRODUTOS QUÍMICOS	68	61	11,5%
VINHO COMUM	52	43	20,9%
VINHO DO PORTO	51	56	-8,9%
MERCADORIAS DIVERSAS	1 153	1 032	11,7%
TARAS DE CONTENTORES	715	658	8,7%
TOTAL	3 549	3 185	11,4%

UNID. 1000 TON.

Quase todas as mercadorias mais significativas aumentaram o movimento com excepção do Algodão, Matérias Plásticas e Vinho do Porto. Destaca-se o crescimento da Madeira Prensada que mais do que duplicou o volume.

Ao nível dos portos do Continente, o Porto de Lisboa continua a assumir uma posição dominante apesar da quebra ocorrida este ano (-9%). A evolução da importância relativa do Porto de Leixões é evidenciada no quadro seguinte:

CARGA GERAL CONTENTORIZADA NOS PORTOS DO CONTINENTE

PORTOS	2004		2003		VAR. % 04/03
	1000 TON	%	1000 TON	%	
VIANA DO CASTELO	0	0,0%	0	0,0%	-----
LEIXÕES	3 549	39,1%	3 185	35,1%	11,4%
AVEIRO	0	0,0%	0	0,0%	-----
LISBOA	5 242	57,7%	5 759	63,4%	-9,0%
SETÚBAL	186	2,0%	111	1,2%	67,6%
SINES	250	2,8%	0	0,0%	-----
OUTROS PORTOS	128	1,4%	26	0,3%	392,3%
TOTAL	9 355	100,0%	9 081	100,0%	3,0%

O Porto de Leixões viu a sua quota de mercado aumentar para 39,1% ficando menos distante de Lisboa com 57,7%. O movimento do novo terminal de contentores de Sines representou 2,8% do total do continente.

Tráfego Roll-on/Roll-off

O movimento Ro-Ro no Porto de Leixões cresceu 10% em 2004.

MERCADORIAS	2004	2003	VAR. % 04/03
AUTOMÓVEIS	8	6	33,3%
MÁQUINAS, APARELHOS E S/PARTES	2	2	0,0%
MERCADORIAS DIVERSAS	1	2	-50,0%
TOTAL	11	10	10,0%

UNID. 1000 TON.

Dos três portos que registam movimento neste tipo de tráfego, o Porto de Setúbal continua a ser o que tem maior expressividade.

TRÁFEGO ROLL-ON/ ROLL-OFF NOS PORTOS DO CONTINENTE

PORTOS	2004		2003		VAR. % 04/03
	1000 TON	%	1000 TON	%	
LEIXÕES	11	2,6%	10	2,5%	10,0%
LISBOA	20	4,7%	13	3,2%	53,8%
SETÚBAL	398	92,8%	382	94,3%	4,2%
TOTAL	429	100,0%	405	100,0%	5,9%

Granéis Sólidos

O movimento de granéis sólidos registou um crescimento de 6,3% face a 2003, totalizando 2 378 milhares de toneladas.

MERCADORIAS	2004	2003	VAR. % 04/03
AÇÚCAR	137	133	2,8%
AREIAS	138	257	-46,3%
CIMENTO	499	0	-----
FORRAGENS	187	227	-17,6%
MILHO	281	202	39,1%
PARALELEPÍPEDOS	216	240	-10,0%
SUCATA	365	421	-13,3%
TRIGO	415	441	-5,9%
MERCADORIA DIVERSA	140	316	-55,7%
TOTAL	2 378	2 237	6,3%

UNID. 1000 TON.

O movimento de Cimento em Leixões teve início em 2004 e, logo no primeiro ano, passou a ser o principal granel sólido movimentado com cerca de meio milhão de toneladas. Para além do Cimento, as principais mercadorias movimentadas continuam a ser o Trigo e a Sucata.

Nas restantes mercadorias destaca-se, pela positiva, o crescimento da movimentação de Milho (+39,1%) e, pela negativa, a quebra nas Areias (-46,3%) e Forragens (-17,6%).

GRANÉIS SÓLIDOS NOS PORTOS DO CONTINENTE

PORTOS	2004		2003		VAR. % 04/03
	1000 TON	%	1000 TON	%	
VIANA DO CASTELO	385	2,2%	542	3,1%	-29,0%
LEIXÕES	2 378	13,8%	2 237	13,0%	6,3%
AVEIRO	1 071	6,2%	1 067	6,2%	0,4%
LISBOA	4 753	27,5%	4 781	27,7%	-0,6%
SETÚBAL	3 092	17,9%	2 883	16,7%	7,2%
SINES	5 416	31,4%	5 396	31,3%	0,4%
OUTROS PORTOS	427	2,5%	352	2,0%	21,3%
TOTAL	17 522	100,0%	17 258	100,0%	1,5%

O Porto de Sines continua a ser o que mais movimenta granéis sólidos, com elevado peso do Carvão, seguido por Lisboa e Setúbal. Os Portos de Setúbal e Leixões foram os que mais aumentaram a sua quota de mercado em virtude de taxas de crescimento de 7,2% e 6,3%, respectivamente.

Granéis Líquidos

A movimentação de granéis líquidos diminuiu 2,3% face a 2003 atingindo 7 298 mil toneladas.

GRANÉIS LÍQUIDOS POR LOCAL

LOCAIS	2004	2003	VAR. % 04/03
TERMINAL PETROLEIRO	7 076	7 199	-1,7%
CAIS COMERCIAIS	222	272	-18,4%
TOTAL	7 298	7 471	-2,3%

UNID. 1000 TON.

TERMINAL PETROLEIRO

POSTO	2004		2003		VAR. % 04/03
	1000 TON	%	1000 TON	%	
POSTO A	4 526	64,0%	4 513	62,7%	0,3%
POSTO B	2 134	30,2%	2 263	31,4%	-5,7%
POSTO C	416	5,9%	423	5,9%	-1,7%
TOTAL	7 076	100,0%	7 199	100,0%	-1,7%

No Terminal Petroleiro movimentaram-se menos 123 mil toneladas que no ano anterior, o que representa um decréscimo de 1,7%. A principal redução verificou-se no Posto B onde se movimentou menos 129 mil toneladas.

A repartição dos granéis líquidos pelos diferentes portos do continente é a seguinte:

PORTOS	2004		2003		VAR. % 04/03
	1000 TON	%	1000 TON	%	
VIANA DO CASTELO	51	0,2%	44	0,2%	15,9%
LEIXÕES	7 299	27,6%	7 471	28,2%	-2,3%
AVEIRO	608	2,3%	606	2,3%	0,3%
LISBOA	1 276	4,8%	1 461	5,5%	-12,7%
SETÚBAL	1 133	4,3%	1 323	5,0%	-14,4%
SINES	16 765	63,3%	15 443	58,3%	8,6%
OUTROS PORTOS	59	0,2%	126	0,5%	-53,2%
TOTAL	27 191	100,0%	26 474	100,0%	2,7%

Sines mantém a sua posição líder neste segmento com 63,3% da quota de mercado totalizando 16 765 milhares de toneladas movimentadas e com um crescimento de 8,6% em 2004.

Movimento de contentores

O Porto de Leixões movimentou cerca de 228 mil contentores em 2004 que corresponde a um crescimento de 9,4%.

CONTENTORES	2004			2003			VAR. % 04/03
	N.º	TEU	%	N.º	TEU	%	
CHEIOS	172 625	270 338	75,6%	155 387	245 158	74,5%	11,1%
VAZIOS	55 582	79 122	24,4%	53 185	75 275	25,5%	4,5%
TOTAL	228 207	349 460	100,0%	208 572	320 433	100,0%	9,4%

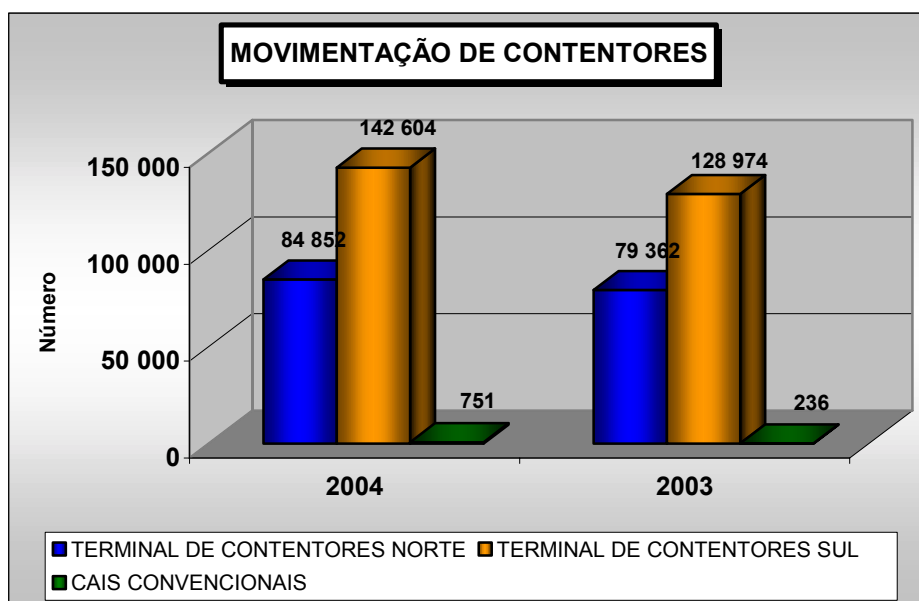
Verificou-se um aumento mais significativo do número de contentores cheios que representaram 75,6% do total.

DIMENSÃO DOS CONTENTORES

DIMENSÃO DOS CONTENTORES	2004		2003		VAR. % 04/03
	N.º	%	N.º	%	
CONTENTORES DE 20'	106 371	46,6%	96 280	46,2%	10,5%
CONTENTORES DE 40'	120 171	52,7%	111 410	53,4%	7,9%
CONTENTORES COM OUTRAS DIMENSÕES	1 665	0,7%	882	0,4%	88,8%
TOTAL	228 207	100,0%	208 572	100,0%	9,4%

Quanto à dimensão, os contentores de 20 pés cresceram 10,5% enquanto que os de 40 pés cresceram 7,9%.

Em termos do local de movimentação, o Terminal de Contentores Sul continua a ser preponderante com 63% do movimento global e com um crescimento de 11% (contra 7% do lado Norte).



MOVIMENTO DE CONTENTORES NOS PORTOS DO CONTINENTE

PORTOS	2004		2003		VAR. % 04/03
	1000 TEU	%	1000 TEU	%	
VIANA DO CASTELO	0	0,0%	0	0,0%	-----
LEIXÕES	349	39,3%	320	36,0%	9,1%
AVEIRO	0	0,0%	0	0,0%	-----
LISBOA	514	57,8%	554	62,3%	-7,2%
SETÚBAL	20	2,3%	12	1,4%	66,7%
SINES	19	2,1%	0	0,0%	-----
OUTROS PORTOS	10	1,1%	3	0,3%	269,7%
TOTAL	912	100,0%	889	100,0%	2,6%

Os portos do continente movimentaram em TEUS mais 2,6% do que no ano passado. E o Porto de Lisboa continua à frente em quota de mercado (57,8%) apesar da quebra verificada. Destaca-se o comportamento de Leixões com um crescimento de 9,1% e de Sines que no primeiro ano de funcionamento do Terminal XXI obteve uma quota de mercado de 2,1%.

Movimento de Passageiros

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS	2004	2003	VAR. % 04/03
DESEMBARQUE	129	104	24,0%
EMBARQUE	132	95	38,9%
TRÂNSITO	21 622	22 565	-4,2%
TOTAL GLOBAL	21 883	22 764	-3,9%

O Porto de Leixões registou uma redução de 3,9% no número de passageiros para um total de 21.883. Os valores de embarque e desembarque são residuais dado que o regime de tráfego que mais se verifica é o de passageiros em trânsito.

Porto de Pesca

O porto de pesca de Matosinhos registou um volume de descarga de 25 mil toneladas, sensivelmente abaixo do verificado no ano anterior.

3. RECURSOS HUMANOS

O ano de 2004 caracterizou-se pela consolidação das políticas de gestão dos Recursos Humanos implementadas nos últimos anos, na sequência da conclusão do processo de concessão da actividade operacional portuária, continuando a APDL a assegurar os serviços de reboque, de amarração e de pilotagem essenciais à movimentação de entrada e saída de navios e à segurança da navegação.

Paralelamente, e tendo presente as necessidades estratégicas de desenvolvimento da Empresa, nas suas multifacetadas funções e obrigações enquanto autoridade portuária, elaboraram-se programas de formação profissional específicos os quais, acompanhando as expectativas pessoais e profissionais dos trabalhadores, permitiram o desenvolvimento das competências necessárias e determinantes para a contínua valorização profissional e o sucesso da Empresa.

Prosseguiu-se, assim, uma política de Recursos Humanos plenamente adequada às reais necessidades dos serviços, assente em permanentes medidas de mobilidade e polivalência funcionais, por forma a que, racionalizando os meios humanos disponíveis se criem condições para que todos os sectores da APDL respondam, em tempo útil, às necessidades operacionais do Porto de Leixões.

Caracterização

QUADRO DE PESSOAL

	2004	2003	VAR. % 04/03
EFFECTIVOS	210	201	4,5%
ACTIVOS	224	215	4,2%

*Efectivo - Trabalhador com vinculo permanente à Empresa
Activos - Totalidade dos recursos humanos disponíveis.*

A necessidade de reforço de pessoal em áreas específicas e com valências inovadoras face às funções a desempenhar, teve como consequência a contratação de cinco Técnicos Superiores e pessoal técnico especializado, do que resultou um aumento do activo de pessoal em 4%.

NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO

	2004	2003	VAR. % 04/03
DIRIGENTES	3	3	0,0%
QUADROS SUPERIORES	76	71	7,0%
QUADROS MÉDIOS	9	9	0,0%
QUADROS INTERMÉDIOS	6	6	0,0%
PROFISSIONAIS ALTAMENTE QUALIFICADOS	103	99	4,0%
PROFISSIONAIS SEMI-QUALIFICADOS	16	16	0,0%
PROFISSIONAIS NÃO QUALIFICADOS	11	11	0,0%
TOTAL	224	215	4,2%

É manifesto o reforço de pessoal ao nível dos quadros superiores e profissionais altamente qualificados, mantendo-se o activo de pessoal inalterável nos restantes níveis de qualificação.

ACTIVOS ÁREAS OPERACIONAIS

	2004	2003	VAR. % 04/03
OPERAÇÕES PORTUÁRIAS, SEGURANÇA E AMBIENTE	85	86	-1,2%
OBRAS E INFRA-ESTRUTURAS	27	23	17,4%
LOGÍSTICA E INFORMÁTICA	26	25	4,0%
COMERCIAL E GESTÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO	13	12	8,3%
GESTÃO E SERVIÇOS DE APOIO	73	69	5,8%
TOTAL	224	215	4,2%

Face aos projectos de investimento em curso, com especial relevância para as obras de construção de novas infra-estruturas portuárias, o reforço de pessoal técnico especializado teve maior relevância nesse sector da Empresa, onde havia manifesta carência de meios humanos para fazer face ao volume de projectos em curso e a realizar no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Leixões.

REGIME DE TRABALHO

	2004	2003	VAR. % 04/03
HORÁRIO NORMAL FIXO	72	62	16,1%
HORÁRIO DE TURNO	14	11	27,3%
ISENÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO	138	142	-2,8%

Considerando que os trabalhadores contratados foram integrados no regime normal de horário de trabalho, as alterações registadas resultam da mudança de regime de trabalho no sector do "VTS", deixando os trabalhadores de trabalhar em regime de isenção de horário de trabalho e integrando o regime de turnos permanente total - n.º 29.º da Portaria n.º 1098/99, de 21.12.

TAXA DE ABSENTISMO

	2004	2003
TAXA DE ABSENTISMO	2,8%	1,7%

A taxa de absentismo situou-se muito abaixo do que se verificou ao nível dos vários sectores da economia nacional, o qual atingiu nos últimos anos mais de 7%.

O ligeiro agravamento verificado em 2004 resultou, em exclusivo, da verificação de 795 dias de faltas por casamento e ao abrigo da protecção da paternidade ou maternidade.

Custos com o Pessoal

	2004	2003	VAR. % 04/03
CUSTOS COM PESSOAL	10 548 639	11 891 476	-11,3%

UNID: EUROS

Apesar da actualização salarial em 2004 se ter fixado em 1,5% e se ter verificado um aumento da massa salarial de 5%, os custos globais com pessoal sofreram uma redução de 11%.

ESTRUTURA DE CUSTOS COM PESSOAL

		2004	2003	VAR. % 04/03
REMUNERAÇÕES BASE CERTAS E PERMANENTES		4 914 644	4 651 301	5,7%
TRABALHO EXTRAORDINÁRIO		97 049	91 521	6,0%
SUBSÍDIO DE TURNO		308 134	265 189	16,2%
SUBSÍDIO I.H.T.		1 030 863	969 332	6,3%
OUTRAS REMUNERAÇÕES		543 473	521 980	4,1%
PENSÕES		24 367	92 012	-73,5%
OUTROS CUSTOS COM PESSOAL		340 492	380 178	-10,4%
ENCARGOS S/ REMUNERAÇÕES		985 691	903 265	9,1%
REMUNERAÇÃO DOS CORPOS GERENTES		268 678	264 666	1,5%
SUB-TOTAL	(1)	8 513 391	8 139 444	4,6%
SUBSISTEMA DE SAÚDE				
ACTIVOS				
DESPEZA NO EXERCÍCIO		179 120	180 786	-0,9%
DESPESAS POR RESPONSABILIDADES FUTURAS		294 225	292 152	0,7%
APOSENTADOS				
ACTUALIZAÇÃO DE RESPONSABILIDADES FUTURAS		1 287 373	2 417 775	-46,8%
SUB-TOTAL	(2)	1 760 718	2 890 713	-39,1%
PRESTAÇÕES SOCIAIS	(3)	274 530	267 370	2,7%
FUNDO PENSÕES PILOTOS	(4)	0	593.950	-100,0%
TOTAL=(1)+(2)+(3)+(4)		10 548 639	11 891 476	-11,3%

UNID: EUROS

A estrutura de custos com pessoal apresenta dois segmentos significativos e que se reportam a remunerações certas e permanentes e a encargos com o subsistema de saúde.

No que concerne a remunerações certas e permanentes, houve uma significativa redução na rubrica Pensões, dado que foi concluído o processo de aposentação antecipada instituído pelo Decreto Lei nº 467/99, de 6 de Novembro, só se verificando 2 aposentações no decurso do ano de 2004.

Por outro lado, e face ao estudo actuarial dos encargos com o subsistema de saúde datado de 31 de Dezembro de 2004, houve uma revisão das responsabilidades futuras, que teve por consequência uma significativa diminuição das mesmas, com impacte financeiro no ano de 2004.

Acresce ainda que se redefiniu a classificação contabilista do encargo com o Fundo de Pensões dos Pilotos do Ex-Departamento de Pilotagem de Leixões, deixando tal encargo de integrar no exercício de 2004 os Custos com Pessoal.

Da conjugação destes factores, e não obstante o aumento da massa salarial, resultou uma diminuição dos custos com pessoal em 11%.

MASSA SALARIAL

	2004	2003	VAR. % 04/03
MASSA SALARIAL	7 299 124	6 984 574	4,5%

UNID: EUROS

A massa salarial teve um agravamento de 5% resultante directamente do aumento das tabelas salariais em 1,5% e do aumento do activo de pessoal em 9 trabalhadores.

Medicina do Trabalho

EXAMES MÉDICOS

	2004	2003	VAR. % 04/03
EXAMES PERIÓDICOS OBRIGATÓRIOS	210	203	3,4%
EXAMES DE ADMISSÃO E RECONVERSÃO	17	14	21,4%

Os serviços internos de Medicina do Trabalho realizaram 227 exames médicos, para aferição do estado de saúde geral e da capacidade física e mental de todos os trabalhadores ao serviço, e a contratar, tendo em consideração o pleno desempenho da sua normal actividade profissional.

SINISTRALIDADE

	2004	2003	VAR. % 04/03
COM INCAPACIDADE TEMPORÁRIA	5	7	-28,6%
SEM INCAPACIDADE	7	7	0,0%
TOTAL	12	14	-14,3%

Em termos absolutos os níveis de sinistralidade profissional foram reduzidos, sendo de registar que o numero de acidentes com incapacidade para o trabalho sofreu uma redução de 29%.

ÍNDICE DE FREQUÊNCIA

	2004	2003	VAR. % 04/03
ÍNDICE DE FREQUÊNCIA	12	17	-29,4%

Nota: Quantifica o número de acidentes com baixa por cada milhão de horas de trabalho de exposição ao risco

Em consequência da redução do número de acidentes de trabalho com incapacidade temporária, o índice de gravidade da sinistralidade da Empresa também reduziu de forma significativa.

Tal reflecte, de forma clara, o esforço que se tem desenvolvido no sector da Prevenção e Segurança no Trabalho, com especial destaque para a obrigatoriedade do uso de adequados equipamentos de protecção individual e a implementação de medidas de organização e condições do trabalho e conducentes à diminuição dos riscos profissionais.

ÍNDICE DE GRAVIDADE

	2004	2003	VAR. % 04/03
ÍNDICE DE GRAVIDADE	0,36	2	-82,0%

Nota: Quantifica o número de dias perdidos por cada mil horas de trabalho de exposição ao risco

Apesar de em 2004 se terem verificado 146 dias de ausência ao trabalho por incapacidade resultante de acidente de trabalho, o índice de gravidade apresenta uma significativa redução, dado que, ao contrário do verificado em 2003, não se registou qualquer situação de incapacidade permanente parcial.

Acção Social

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

	2004	2003	VAR. % 04/03
SUBSISTEMA DE SAÚDE			
ACTIVOS			
DESPESAS NO EXERCÍCIO	179 120	180 786	-0,9%
DESPESAS POR RESPONSABILIDADES FUTURAS	294 225	292 152	0,7%
APOSENTADOS			
ACTUALIZAÇÃO DE RESPONSABILIDADES FUTURAS	1 287 373	2 417 775	-46,8%
SUB - TOTAL	1 760 718	2 890 713	-39,1%
PRESTAÇÕES SOCIAIS	274 530	267 370	2,7%
CANTINA	51 974	45 409	14,5%
SUBSÍDIO FAMILIAR	13 825	20 755	-33,4%
SUBSÍDIO DE ESTUDOS	59 380	66 466	-10,7%
OUTROS SUBSÍDIOS	149 351	134 740	10,8%
TOTAL	2 035 248	3 158 083	-35,6%

UNID: EUROS

O específico subsistema de saúde da Empresa abrange todos os seus trabalhadores e aposentados, e respectivo agregado familiar (cônjuge e filhos em idade de auferir do abono de família), tendo actualmente 2 977 beneficiários.

Sendo um sistema que contempla a obrigação da prestação de cuidados de saúde para além da vida útil dos trabalhadores, é relevante a contabilização de responsabilidades futuras, o que importou, que face ao estudo actuarial de 2004, o custo do exercício com essas responsabilidades futuras tenha apresentado um decréscimo de 47%, daí resultando uma diminuição dos custos globais em 36%.

No entanto, e na sequência das alterações introduzidas ao Regulamento das Obras Sociais e das medidas de gestão implementadas tendo em vista uma rigorosa contenção de custos, na estrita óptica da despesa, em 2004 o agravamento de custos situou-se em 1,1%, tendo atingido o valor de 2 452 678 Euros.

Centro de Cultura e Desporto

Fundada pelos trabalhadores da Empresa e responsável por diversas actividades sociais, culturais e desportivas, o Centro de Cultura e Desporto da APDL é uma organização recreativa que, a par da actividade social em prol de todos os seus associados, contribui para a divulgação do Porto de Leixões.

Reconhecendo que as receitas próprias são insuficientes para a realização das acções de maior impacto no seio da Empresa, designadamente a Festa de Natal para todos os filhos de trabalhadores, à semelhança de anos anteriores, foi atribuído um subsídio como forma de comparticipação nas despesas das actividades realizadas.

	2004	2003	VAR. % 04/03
SUBSÍDIO GLOBAL ANUAL	39 500	38 500	2,6%

UNID: EUROS

4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E COOPERAÇÃO

A actividade do Departamento de Formação e Cooperação, em 2004, centrou-se, essencialmente, no desenvolvimento e execução do Plano de Formação proposto e aprovado para esse ano.

No entanto, e para além do plano, outras acções e iniciativas não previstas vieram a concretizar-se, fosse no domínio específico da formação, fosse no âmbito alargado da cooperação, resultantes de necessidades específicas do sector, dos portos dos PALOP e da própria empresa, traduzindo uma boa capacidade de resposta do Centro de Formação às solicitações apresentadas.

Acções realizadas e não previstas no Plano 2004:

- ◆ Acções no âmbito da implementação do novo código do ISPS: três acções para “Port Facility Security Officer”, uma das quais dirigida aos PALOP; uma acção para Agentes de Segurança e um Seminário com um especialista internacional nesta matéria. Estas acções foram realizadas na sequência da obtenção da Certificação de Entidade Formadora concedida pela Autoridade Nacional para esta matéria, o IPTM- Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos;
- ◆ Desenvolvimento de acções “à medida” em Angola, designadamente, a organização de duas acções que decorreram no Porto de Luanda e no Porto de Cabinda no âmbito da aplicação do novo código do ISPS - Agentes de Segurança e de Oficial de Protecção de instalações portuárias;
- ◆ Realização de uma acção numa área nova - a enfermagem - direccionada para as necessidades específicas dos colaboradores das Obras Sociais, no campo da Esterilização na Prevenção e Controlo da Infecção;
- ◆ E ainda, realização das seguintes acções de formação, igualmente não previstas no plano inicial:
 - APDL – A empresa e o Porto de Leixões;
 - Inglês Marítimo;
 - Introdução ao Office;
 - Auditoria Interna e Gestão de Riscos no Contexto Portuário ;
 - Object-oriented analysis and design using UML;
 - Actualização nos produtos Windows 2003 e Exchange;
 - 6 acções no âmbito do novo "Formulário Organizacional" do Outlook, para a homogeneização das comunicações relativas às transferências, devoluções ou requisições de bens patrimoniais móveis.
- ◆ Apoio técnico e assessoria na área dos sistemas de informação à ENAPOR (Administração dos Portos de Cabo Verde), através da deslocação do Chefe da

Divisão de Suporte e Comunicações da APDL àquele país e pela presença, em Leixões, de Técnicos daquela entidade para estágios e formação nesta área.

Indicadores

QUADRO COMPARATIVO GLOBAL

	2004	2003	2002	2001
ACÇÕES	158	146	87	58
FORMANDOS	829	953	504	450
HORAS DE FORMAÇÃO	5 550	5 763	4 132	5 526
VOLUME DE FORMAÇÃO	42 576	48 374	32 635	41 494

QUADRO RESUMO 2004

Com referência aos principais indicadores, o ano de 2004 apresenta os seguintes números:

	INTERNA	EXTERNA	A TERCEIROS	ALTERNÂNCIA	COOPERAÇÃO	TOTAL
VOLUME FORMAÇÃO *	3 495	2 296	4 192	27 564	5 029	42 576
FORMANDOS	271	123	256	16	163	829
HORAS	596	1 784	711	1 772	687	5 550
Nº ACÇÕES	33	76	24	1	24	158

* SOMATÓRIO DAS PARTICIPAÇÕES (EM HORAS)

Caracterização Parcelar

Formação Interna e Externa

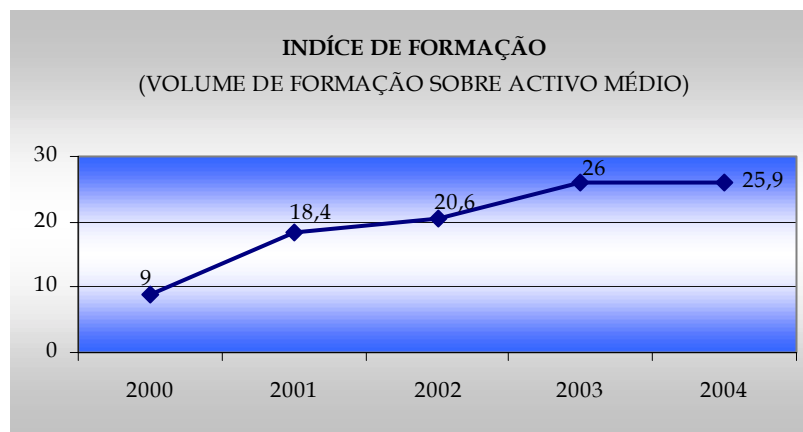
Ao nível da formação para os activos da APDL, formação interna (se realizada no Centro de Formação, com recurso a formadores internos ou externos) e externa (se fora da APDL, em acções de formação desenvolvidas no exterior por entidades externas), o número de acções realizadas e o número de participações aumentaram, embora o volume de formação e as horas de formação se tenham mantido em valores similares aos do ano anterior, como se pode ver pelo quadro seguinte.

FORMAÇÃO DOS ACTIVOS DA APDL

	2004	2003
FORMAÇÃO INTERNA		
ACÇÕES	33	26
PARTICIPANTES	271	210
HORAS	596	681
VOLUME FORMAÇÃO	3 495	3 716
FORMAÇÃO EXTERNA		
ACÇÕES	76	72
PARTICIPANTES	123	90
HORAS	1 784	1 657
VOLUME FORMAÇÃO	2 296	1 877

Índice de Formação

Em termos de média de horas de formação por trabalhador, o índice de formação (**volume de formação sobre activo médio**) foi de **25,9 horas** de formação em 2004.



Formação a terceiros

A formação a terceiros (formação desenvolvida pelo Centro de Formação para entidades externas, nomeadamente: parceiros da comunidade portuária e outros portos e entidades, excluindo a formação em alternância e a cooperação que, pelas suas especificidades, são tratados separadamente) apresenta a seguinte evolução:

	2004	2003	2002
ACÇÕES	24	33	9
FORMANDOS	256	539	89
HORAS DE FORMAÇÃO	711	1 213	368
VOLUME DE FORMAÇÃO	4 192	12 577	4 938

Esta formação traduz-se na participação de formandos externos nos cursos do Centro de Formação, como é exemplo a execução do Plano de Formação do concessionário da carga geral (TCGL), iniciado em 2003, ano em que tinha sido executado um grande volume de formação para aquele concessionário, justificando a elevada diferença de valores em termos de horas e volume de formação de 2003 para os restantes anos referenciados.

Cooperação

O quadro de cooperação vem conhecendo um significativo crescimento de actividades e iniciativas, sendo de realçar que o ano de 2004 apresenta já um volume de formação largamente superior ao desenvolvido nos anos anteriores, correspondendo a um objectivo plenamente alcançado no âmbito desta vertente de actividade do Centro de Formação do Porto de Leixões.

	2004	2003	2002
FORMANDOS	163	98	72
HORAS DE FORMAÇÃO	687	458	256
ACÇÕES	24	14	7
VOLUME DE FORMAÇÃO	5 029	2 736	3 358

Os projectos de formação desenvolvidos no âmbito da cooperação traduziram-se nas seguintes iniciativas:

- ◆ Participação de Técnicos e Quadros dos portos e outras entidades daqueles países nas acções de formação realizadas no Centro de Formação do Porto de Leixões;
- ◆ Estágios e formação em posto de trabalho, nas áreas de Informática, Saúde Ocupacional e Recursos Humanos;
- ◆ Desenvolvimento de acções “à medida” nos próprios países, designadamente, uma acção que decorreu no Porto de Luanda e outra no Porto de Cabinda no âmbito da aplicação do novo código do ISPS.

Formação em Alternância

Paralelamente, continuou a desenvolver-se a parceria com o IEFP na gestão e organização do curso de Técnicos de Informática, em formação em alternância (formação teórica e formação em posto de trabalho), estando a decorrer o terceiro ano, findo o qual os formandos terão a conferência habilitacional ao nível do 12º ano de escolaridade e qualificação profissional na área da informática.

Este tipo de formação desenvolve-se numa vertente social de apoio à comunidade, uma vez que esta formação é orientada para a aquisição de competências necessárias ao exercício de uma profissão, favorecendo a inserção profissional e social dos formandos, sendo os gastos inerentes ao seu funcionamento, honorários de formadores e despesas com os formandos, financiadas pelo FSE.

5. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

A actividade desenvolvida pela área de Marketing e Relações Públicas durante 2004 veio consolidar a estratégia comercial proposta pelo Conselho de Administração da APDL, preconizando uma política de marketing relacional com os clientes do porto, visando a consolidação da marca “Porto de Leixões”.

Neste âmbito foram desenvolvidas acções, isoladamente e em conjunto com a Comunidade Portuária de Leixões, mais concretamente com os concessionários, das quais se destacam, pelo seu relevo, a participação em Feiras Internacionais, nomeadamente a TOC Europe, em Barcelona; a ITL – Intermodal, Transport and Logistics, em Copenhague; e a Feira de Transportes e Comunicações, em Vigo. É ainda de referir a organização conjunta de visitas ao Porto de Leixões de empresas de transporte e logística.

Em 2004 foi organizado o Seminário Internacional “Gestão e Marketing Portuário”, em colaboração com a TIS.PT - Consultores em Transporte, Inovação e Sistemas, SA. Neste evento os novos desafios da Gestão Portuária estiveram em discussão, com as intervenções dos oradores da TIS e da Universidade de Antuérpia. Os mais recentes conceitos e testemunhos sobre Marketing Portuário foram debatidos pelos representantes dos portos europeus presentes, nomeadamente Génova, Londres, Barcelona e Leixões.

A Exposição “Leixões: Identidade e Memória de um Porto”, inaugurada em 2003 e que esteve patente no Auditório Infante D. Henrique até Julho de 2004, foi transposta para o Museu dos Transportes e Comunicações, durante o último trimestre de 2004, onde foi visitada por mais de 2.000 pessoas. No conjunto de ambas as iniciativas cerca de 11 mil pessoas visitaram a Exposição, sendo de realçar a grande adesão de escolas da região.

Para além das várias actividades de promoção desenvolvidas nesta área, mais concretamente publicidade, patrocínios, contactos com imprensa, publicações, entre outras, salientam-se ainda as visitas de estudo ao Porto de Leixões que, durante 2004, recebeu 3 214 alunos, entre os quais 579 do ensino universitário, 2 279 alunos do ensino secundário e 356 do ensino básico.

6. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Em anteriores exercícios prosseguiram-se actividades e definiram-se investimentos direccionados à cobertura de um Sistema de dimensão mais vasta do que a APDL só por si implicaria, porquanto se consideraram como adquiridos os seguintes factores essenciais de empenhamento externo:

- ◆ A percepção emergente dos contactos e trabalhos do PEDPL¹, que induziam não só a viabilidade, mas também fortes expectativas na implementação de um modelo de *e-port* no Porto de Leixões, como forma de naturalmente dar sequência a uma dinâmica de sucesso objectivo que vinha a ser trilhada no âmbito do Projecto SCOPE², financiado pela medida de Investigação em Consórcio do POSI³ e do POCTI⁴, gerida pela AdI⁵;
- ◆ O Acordo de Cooperação no Domínio das Tecnologias de Informação, celebrado em 2003.04.16 em reunião da APP⁶, entre a APDL (Porto de Leixões), a APL (Porto de Lisboa) e a APS (Porto de Sines), objectivando o desenvolvimento de uma Plataforma Comum (PCOM) centralizadora, numa primeira fase, de todas as relações entre os agentes económicos e os mecanismos do Estado intervenientes nos portos, dando assim expressão às obrigações assumidas pelo Consórcio SCOPE junto do seu financiador;
- ◆ O trabalho em curso entre os três portos referidos, a DGAIEC⁷ e a DGITA⁸, para a especificação da evolução a imprimir na PCOM, para que esta desempenhe a Missão de Sistema Centralizador no âmbito do Projecto SDS⁹ na via marítima, o que se constituía como princípio base do “core” do Projecto SCOPE;
- ◆ O entendimento conseguido em torno do projecto PIPE¹⁰, estudo formulado no âmbito da APP, objectivando a convergência de procedimentos e o estabelecimento de níveis de serviço entre todos os intervenientes nos portos nacionais, o que se constituía como marco histórico na articulação das vontades do pleno dos portos continentais e insulares.

Neste enquadramento externo e estando ainda em fase de amortização o conjunto de subsistemas aplicativos de suporte às actividades genéricas da APDL, as orientações estratégicas foram:

- ◆ Dar prioridade absoluta às acções relacionadas com a Missão externa da função de Autoridade Portuária, integrando nos trabalhos do Projecto SCOPE e suas acções complementares os factores de empenhamento externo acima referidos;

¹ PEDPL Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Leixões
² SCOPE Sistema da Comunidade Portuária electrónica
³ POSI Programa Operacional Sociedade de Informação
⁴ POCTI Programa Operacional Ciência Tecnologia e Inovação
⁵ AdI Agência de Inovação
⁶ APP Associação dos Portos de Portugal
⁷ DGAIEC Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais Sobre o Consumo
⁸ DGITA Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributário e Aduaneiros
⁹ SDS Sistema Integrado dos Meios de Transporte e da Declaração Sumária
¹⁰ PIPE Procedimentos e Informação Portuária electrónica

- ◆ Colaborar na conclusão dos trabalhos do PEDPL, operacionalizando os projectos emergentes e consolidando a colaboração inter-sectorial, postura que tem vindo a produzir resultados credíveis;
- ◆ Consolidar os aspectos da segurança, fiabilidade e performance dos Sistemas, especialmente dos acessos externos aos mesmos, objectivando poder estabelecer níveis de garantia e de qualidade de serviço compatível com os desafios inerentes ao posicionamento como *pivot* na Info-estrutura do Porto de Leixões;
- ◆ Iniciar a retoma dos trabalhos de evolução das vertentes internas, designadamente os aspectos relacionados com as actividades genéricas, das quais se destacam: Controlo de Projectos de Investimento, Controlo de Acessos, Inventariação de Bens, *workflow* de Requisições de Materiais e Serviços (eRMS);
- ◆ Prosseguir o esforço de formação dos Recursos Humanos, especialmente em modelação de processos (UML¹¹), gestão de Sistemas de Informação, nas áreas do “core business” e em áreas tecnológicas de interesse à missão específica da Direcção.

O ano de 2004 foi marcado por um sucesso relativo desta estratégia, em níveis que não se julgam como satisfatórios face às expectativas iniciais e face ao desempenho e resultados anteriormente obtidos.

Com efeito, obstáculos inesperados ao desenvolvimento do projecto no modelo acordado e iniciado em 2003, resultantes de uma nova postura da DGAIEC, provocaram um atraso no processo, tendo as Administrações Portuárias (AP's), num esforço para minimizar as consequências da divergência de posições das duas entidades (AP's e DGAIEC) motivado o entendimento sobre uma plataforma de trabalho transitória que permitisse a evolução do projecto, quer na vertente PMT¹², quer na vertente PM¹³, em final de 2004.

Os sucessivos avanços e recuos foram pois a causa primária do baixo grau de sucesso da estratégia preconizada para o exercício nesta área. Foi afectada directamente a produtividade das acções planeadas, colocando sucessivamente os recursos executores afectos à formulação de opções sobre as quais não era tomada uma decisão consistente para ambas as partes envolvidas.

De realçar como muito positivas as sucessivas acções de encorajamento e sustentação da posição defendida pelas AP's tomadas pela Comunidade Portuária.

Das evoluções que entraram em produção a nível da PCOM, realçam-se especialmente:

- ◆ o subsistema relativo à gestão de mercadorias perigosas ou poluentes HAZMAT;
- ◆ a Gestão de Resíduos;
- ◆ a muito significativa melhoria verificada no planeamento e execução de manobras, face aos novos procedimentos de maior exigência qualitativa concebidos pela Direcção de Operações Portuárias e Segurança;

¹¹ UML Unified Modeling Language
¹² PMT SDS – Processo Meio de Transporte
¹³ PM SDS – Processo Mercadorias

- ◆ o subsistema ISPS¹⁴;
- ◆ a entrada em produção dos relacionamentos electrónicos com o Concessionário da área de contentores através do novo *broker* Ascential DataStage TX, com uma arquitectura de concepção de maior tolerância a falhas.

Dos desenvolvimentos na área da PCOM, que foram parcial ou totalmente concluídos em 2004, realçam-se especialmente os seguintes:

- ◆ relacionamentos HAZMAT Report e SHIP Report no âmbito da Directiva Safe Sea Net;
- ◆ assessoria activa aos utilizadores na gestão de tarefas e processos operacionais da PCOM (designada por WTD – *work to do*);
- ◆ componentes globais e *web services* da arquitectura de gestão e *tracking* das mensagens electrónicas dos canais documentais do negócio;
- ◆ módulo de *Data Entry* para introdução e transmissão XML dos manifestos (versão 0.13) no canal agente de navegação – AP;

Dos trabalhos específicos do SCOPE, foram concluídas as fases:

- ◆ T23 – Soluções Tecnológicas do Processo actual
- ◆ T31 – Definição Processual do Processo futuro
- ◆ T32 – Definição da Implementação, parcialmente concluída, através da publicação da norma EDIFACT e XML para o Manifesto em Abril de 2004, pese embora o atraso relativo às expectativas iniciais do Projecto SCOPE.

Relativamente ao Projecto PIPE, foi lançado pela APP o concurso internacional para a elaboração do estudo, apreciadas as propostas e assinado o respectivo contrato de prestação de serviços.

No âmbito dos desenvolvimentos internos, de referenciar o Formulário de Transferência de Bens Patrimoniais, os Indicadores de Recursos Humanos, as evoluções do site da APDL e do módulo de Estatísticas Portuárias, bem como o módulo de Ship Reporting, de partilha de dados de previsões e de movimentação de navios entre os portos comunitários aderentes.

Na área das infra-estruturas, realçam-se os óptimos resultados obtidos na fiabilização da mesma, bem como o sucesso atingido nos mecanismos de segurança, apresentando em consequência à Comunidade Portuária elevados padrões de fiabilidade ao nível dos serviços prestados pela Internet, a qual se assume cada vez mais como o canal de negócio por excelência.

¹⁴ ISPS

International Ship and Port Facility Security Code

Destacam-se aqui especialmente as acções na:

- ◆ segurança, através da conclusão da segunda fase da reestruturação da infra-estrutura de comunicações externas, *firewalls* e *token cards* nos acessos remotos de administração;
- ◆ melhoria das características de performance e redundância e disponibilidade de alguns sistemas críticos da infra-estrutura informática da APDL, casos do Sistema Gestor de Base de Dados ORACLE e da Rede de Dados do Porto de Leixões;
- ◆ reestruturação total da solução de antivírus e o investimento na activação de SSL¹⁵ ao nível do site do Porto de Leixões;
- ◆ actualização das consolas do Sistema VTS¹⁶;
- ◆ participação no Oracle-HP IT Forum com um piloto de configuração de um *Cluster* sobre máquinas Itanium, com ORACLE RAC¹⁷, estabelecendo uma configuração totalmente tolerante a falhas;
- ◆ aquisição e entrada em produção de uma ferramenta de monitorização do servidor de base de dados (QCO Spotlight);
- ◆ upgrade de memória para o *Cluster* de base de dados.

Estas acções perfizeram um volume de investimentos de cerca de 170 mil euros.

Considera-se que o investimento realizado não permite caracterizar a actividade desenvolvida, porquanto o volume de investimento em fase de decisão no final de 2003 ascendeu a cerca de 2,5 milhões de euros, transitando a sua execução para o exercício de 2004.

Neste valor muito significativo, está especialmente subjacente a activação dos projectos enquadrados pelo PEDPL referentes a:

- ◆ Segurança da Cadeia Logística – Centro de Coordenação e Segurança com as propostas para instrumentação do CCS com um sistema de *Video Wall* destinado aos centros de video-vigilância, e planeamento e controlo do Porto de Leixões;
- ◆ *Disaster Recovery* ao nível da sistema de *Storage* e de *backup*, com vista à sua futura realocação num segundo centro informático, de suporte às novas portarias da VILPL¹⁸, com facilidades importantes de gestão remota e disponibilização quase imediata de imagens coerentes.

Os resultados do esforço de articulação entre os vários sectores da empresa e estes projectos de forte visibilidade externa, na sequência do posicionamento da DI como parceiro tecnológico perante as áreas de negócio, vieram confirmar a bondade do modelo de gestão participada que tem vindo a nortear os anteriores exercícios, para o qual é de realçar o excelente nível de colaboração inter-sectorial.

¹⁵ SSL Secure Socket Layer
¹⁶ VTS Vessel Traffic Service
¹⁷ RAC Real Application Cluster
¹⁸ VILPL Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões

Conclui-se pois ter sido o ano de 2004 caracterizado como de concretização das acções que dependiam da Comunidade Portuária de Leixões, da estruturação e lançamento das principais acções do PEDPL, bem como da preparação da articulação do pleno dos portos nacionais.

Uma nota menos positiva no que diz respeito aos resultados expectáveis com a DGAIEC, e suas consequências no Projecto SCOPe, experiência da qual se torna urgente retirar ilações, especialmente no que respeita à garantia e motivação das necessárias sinergias que garantam a rentabilidade para o Sector da capacidade de evolução instalada e com provas dadas em exercício anteriores.

7. INVESTIMENTO

Com a apresentação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Leixões, aprovado em 2004, deram-se a conhecer as orientações e os objectivos do novo ciclo de investimento que sustentará o crescimento e a modernização do Porto de Leixões nos próximos 10 anos.

O conjunto das acções estruturantes propostas no plano, alinhadas com os novos desafios e apostas estratégicas, permitirão fortalecer a competitividade do Porto de Leixões e seu posicionamento no sector, através, nomeadamente, da oferta de novos e melhores serviços e da aposta reforçada nalguns segmentos de mercado.

Os principais objectivos das acções preconizadas no plano estratégico são a intensificação da inserção de Porto de Leixões nas cadeias de transportes, o desenvolvimento de funções e serviços logísticos, a agilização de procedimentos e fluxos de informação, não esquecendo o esforço na melhoria das condições da segurança e ambientais e a integração urbana.

Algumas das acções mais marcantes do plano estão já iniciadas, incluindo projectos que estiveram em curso em 2004. Entre elas destacam-se:

- ◆ O Aumento da Capacidade de Navegabilidade do Porto;
- ◆ A Revitalização do Molhe Sul e Espaços Adjacentes;
- ◆ O Projecto da Portaria Única;
- ◆ A Segurança da Cadeia Logística;
- ◆ A Gestão Ambiental.

O valor do investimento realizado em 2004 ficou aquém do que era o objectivo da APDL. As causas fundamentais do desvio foram os atrasos provocados pelos demorados processos de avaliação de impacte ambiental do Estabelecimento da Bacia de Rotação e do Canal de Acesso à Doca 4 do Porto de Leixões e da construção de um Terminal Multiusos no Molhe Sul e pela necessidade de proceder a revisões do projecto da obra de Alargamento do Vão da Ponte Móvel de Leixões, para contemplar alterações sugeridas pela Câmara Municipal de Matosinhos.

INVESTIMENTO

	2004	2003	2002
ADQUIRIDO	8 138	7 977	12 145
TRABALHO PRÓPRIO	68	174	90
TOTAL	8 206	8 151	12 235

UNID. 1000 EUROS

Dos projectos de investimento desenvolvidos em 2004 destacam-se:

Acessibilidades Terrestres e Infra-estruturas Portuárias

- ◆ Conclusão da obra da VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões, representando um investimento de aproximadamente 16 milhões de euros, destinada a ligar, de forma mais rápida e segura, o trânsito portuário às principais vias estruturantes de ligação Norte – Sul, IP1, e de ligação ao interior do país, IP4 e IC24, através da criação de uma via dedicada de acesso ao porto;
- ◆ Adjudicação e desenvolvimento do estudo e projecto de execução da Nova Portaria do Porto de Leixões, o qual inclui, para além da portaria, o projecto do parque de viaturas da VILPL e a aquisição e instalação de um Scanner para contentores;
- ◆ Conclusão da Avaliação de Impacte Ambiental relativa à construção de um Terminal Multiusos no Molhe Sul, cujo investimento estimado é superior a 11 milhões de euros;
- ◆ Adjudicação do estudo de Ordenamento Paisagístico da Foz do Rio Leça e Ligação Rodoviária entre a VILPL e a Plataforma Multimodal;

Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões

- ◆ Conclusão da Avaliação de Impacte Ambiental relativa à obra para o Estabelecimento da Bacia de Rotação e do Canal de Acesso à Doca 4 do Porto de Leixões, que permitirá assegurar fundos de pelo menos –12 m (Z.H.) em toda a bacia de rotação e no canal de acesso às docas interiores;
- ◆ Desenvolvimento do projecto de Alargamento do Vão da Ponte Móvel de Leixões, com um investimento no exercício de 176 mil euros;
- ◆ Desenvolvimento do Estudo das Condições de Operacionalidade do Terminal Petrolífero de Leixões, com um investimento no exercício de 45 mil euros;

Plano Estratégico do Porto de Leixões

- ◆ Conclusão e aprovação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Leixões, no valor de 189,5 mil euros;

Segurança e Ambiente

- ◆ Substituição e Reparação de Defensas Fixas na Doca 2 Norte, no valor aproximado de 70 mil euros;
- ◆ Aquisição de Equipamento de Recolha e Tratamento de Dados Hidrográficos, no valor de 57 mil euros;
- ◆ Aquisição de Equipamento de Televigilância para Ampliação do CCTV, no valor de 57 mil euros;
- ◆ Desenvolvimento do estudo para aplicação de Barreiras de Protecção na zona de movimentação de Sucata;
- ◆ Projecto de Ordenamento da Área Envolvente e Sob o Viaduto da Via Rápida;
- ◆ Remodelação do Posto de Transformação nº 16 e das Redes de BT/MT adjacentes, no valor de 67 mil euros;
- ◆ Reinstalação do Posto de Transformação nº 18, no valor de 86 mil euros;
- ◆ Edificação e fornecimento de equipamento para o Posto Único de Recepção e Seccionamento de Energia a 15 KV, com um valor estimado de 675 mil euros e um investimento no exercício de 246 mil euros;

Equipamento Portuário

- ◆ Construção de um Rebocador Portuário de 25 Metros, num investimento aproximado de 3,1 milhões de euros;
- ◆ Aquisição de Carro Transportador de Embarcações, no valor de 94 mil euros;

Comunicações e Informática

- ◆ Desenvolvimentos nos projectos aplicativos Plataforma Comum de Gestão Portuária APDL/APL/APS e Projecto SCOPE – Sistema da Comunidade Portuária Electrónico, com um investimento no exercício de aproximadamente 168 mil euros;
- ◆ Expansão e actualização da Infra-estrutura de Comunicações, no valor de 91 mil euros;
- ◆ Implementação do SIG – Sistema de Informação Geográfica, com um investimento no exercício de 64 mil euros;

Reabilitação e Reconversão de Infra-estruturas

- ◆ Adjudicação e consignação da obra de Remodelação da Estação de Passageiros de Leixões, com um investimento de aproximadamente 1 milhão de euros;
- ◆ Desenvolvimento da obra de Remodelação e Arranjos Interiores das Instalações da DOPS, com um investimento no exercício de 415 mil euros;

- ◆ Desenvolvimento do projecto para a Requalificação dos Edifícios do Antigo Núcleo das Oficinas da APDL, com um investimento no exercício de 82 mil euros;
- ◆ Remodelação de espaço para instalação da Biblioteca no Edifício Central da APDL, no valor de 38 mil euros;
- ◆ Beneficiação Interior do Edifício Obras Sociais, com um investimento de 178 mil euros;
- ◆ Adjudicação do projecto e desenvolvimento do estudo prévio para adaptar as Instalações para o SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Postos de Controlo de Passageiros;
- ◆ Adjudicação do projecto da Beneficiação do Edifício dos Serviços de Pilotagem da APDL;
- ◆ Adjudicação do projecto da Estabilização do Canto Sul / Poente da Doca nº 4;

Grande Conservação de Infra-estruturas e Equipamento

- ◆ Realização de intervenções de revisão, manutenção e beneficiação de equipamentos da Frota Naval, no montante de 413 mil euros;
- ◆ Execução de outras intervenções de conservação em infra-estruturas, no valor de 79 mil euros;

Porto do Douro Via Navegável e Frente Atlântica

- ◆ Execução da obra de Reabilitação do Cais Acostável de Gaia, com um investimento no exercício de 339 mil euros;
- ◆ Conclusão da obra da Alteração/Adaptação do Novo Terraplino de Sobreiras, com um investimento aproximado de 180 mil euros;
- ◆ Instalação de Equipamentos no Rio Douro, com um investimento no exercício de 172 mil euros.

Fontes de financiamento

Grande parte do investimento concretizado pela APDL neste exercício foi financiada por fundos próprios. A componente relativa a investimento com financiamento externo diz respeito à comparticipação comunitária do POAT – Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes (FEDER), do POSI / POCTI – investigação em consórcio e à comparticipação do Orçamento de Estado, através do Cap. 50º. Os investimentos que mereceram comparticipação de fontes externas foram:

- ◆ FEDER: VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões, Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Leixões e Medidas Complementares e Melhoria das Condições de Segurança no Porto de Leixões;

- ◆ Cap. 50º do O.E.: VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões, Multimodalidade e Logística e Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões;
- ◆ POSI / POCTI: KOS – Kit de Operações Subaquáticas.

Em 2004, os subsídios ao investimento, comunitários e nacionais, recebidos pela APDL foram os seguintes:

	2004
FEDER	1 516
POSI/ POCTI	1
O.E. – CAP. 50º	595
TOTAL	2 112

UNID. 1000 EUROS

As fontes de financiamento do investimento desenvolvido pela APDL nos últimos três anos estão espelhados no seguinte quadro:

FONTES DE FINANCIAMENTO AO INVESTIMENTO

	2004	2003	2002
FUNDO DE COESÃO	-	-	7 850
FEDER	1 516	3 441	951
PRAXIS XXI	-	-	3
POSI/ POCTI	1	15	-
O.E. – CAP. 50º	595	720	248
FUNDOS PRÓPRIOS	6 094	3 975	3 183
TOTAL	8 206	8 151	12 235

UNID. 1000 EUROS

8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O exercício de 2004 apresenta Resultados Líquidos de 6,7 milhões de euros, representando um crescimento de 83% relativamente ao ano anterior.

Foi um exercício com uma evolução económico-financeira francamente positiva, apesar de marcado por um sinistro com alguma gravidade no Terminal Petrolífero, com reflexos negativos em alguns indicadores de actividade do Porto de Leixões.

Com efeito, quando o sinistro ocorreu em 31 de Julho de 2004, as mercadorias movimentadas no Porto de Leixões apresentavam uma taxa de crescimento de 10%, para a qual contribuíam os granéis líquidos no Terminal Petrolífero com uma taxa de crescimento de 9%.

A inoperacionalidade do Terminal Petrolífero ao longo do mês de Agosto teve logicamente consequências no final do exercício: os granéis líquidos movimentados no Terminal foram 1% inferiores em toneladas aos de 2003, enquanto o total das mercadorias carregadas e descarregadas em Leixões apresentaram um crescimento de 2%.

Mesmo assim, os resultados económicos atingidos denotam um desempenho muito positivo em todas as frentes: sobressaem os Resultados Operacionais que quadruplicam, mas também os Resultados Financeiros e os Extraordinários crescem relativamente ao ano anterior.

RESULTADOS LÍQUIDOS

	2004	2003
RESULTADOS OPERACIONAIS	4 545	1 096
RESULTADOS FINANCEIROS	840	680
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	2 036	1 .364
RESULTADOS (ANTES IMPOSTOS)	7 421	3 140
IMPOSTO S/O RENDIMENTO		
IMPOSTO A PAGAR	-1 119	-197
IMPOSTOS DIFERIDOS	439	747
	-680	550
RESULTADOS LÍQUIDOS	6 741	3 690

UNID: 1000 EUROS

Relativamente aos Resultados Financeiros há que referir que uma parte significativa do seu crescimento (cerca de 125 000 euros) se deve a uma mudança de política contabilística: a comissão por cobrança da Tup-Carga passou a registar-se em Fornecimentos e Serviços Externos a partir de 2004, quando era registada como um custo financeiro.

O restante crescimento de 35 000 euros resulta do acréscimo dos rendimentos obtidos com os excedentes de tesouraria: apesar das taxas de juro terem atingido os seus níveis históricos mais baixos ao longo de 2004, a variação positiva dos excedentes de tesouraria permitiram obter maiores Proveitos Financeiros.

Quanto aos Resultados Operacionais, com uma evolução excepcional (+ 315%), beneficiaram não só do crescimento dos Proveitos, mas ainda da diminuição dos Custos em 4,5%.

RESULTADOS OPERACIONAIS

	2004	2003	VAR. % 04/03
PROVEITOS OPERACIONAIS	37 988	36 115	5,2%
CUSTOS OPERACIONAIS	33 443	35 019	-4,5%
RESULTADOS OPERACIONAIS	4 545	1 096	314,7%

UNID: 1000 EUROS

Observando os componentes dos Proveitos Operacionais e respectiva evolução, conclui-se que são os Proveitos Suplementares que maior contributo dão para crescimento tão positivo daquela natureza de proveitos.

PROVEITOS OPERACIONAIS

	2004	2003	VAR. % 04/03
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	34 .395	33 .930	1,4%
PROVEITOS SUPLEMENTARES	3 271	1 857	76,1%
OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS	322	328	-1,8%
TOTAL	37 988	36 115	5,2%

UNID: 1000 EUROS

Com efeito a Prestação de Serviços cresce pouco acima de 1%, ou seja, contribui com um acréscimo de cerca de 0,5 milhões de euros, enquanto os Proveitos Suplementares originam um acréscimo de 1,4 milhões de euros.

Deste acréscimo cerca de 90% tem natureza eventual: resulta de prestação de serviços e fornecimentos de materiais de combate à poluição em consequência do sinistro ocorrido no Terminal Petroléiro. A Autoridade Portuária teve necessidade de subcontratar mão d'obra e equipamentos e de adquirir materiais diversos para ocorrer ao desastre ambiental provocado pelo sinistro na Marina de Leixões.

A operação de limpeza prolongou-se até final de ano e os custos inerentes foram facturados à Petrogal, entidade responsável por todos os prejuízos e danos decorrentes daquele sinistro.

Relativamente à Prestação de Serviços, que representa historicamente mais de 90% dos Proveitos Operacionais, a análise detalhada da sua evolução dá-nos conta de como evoluíram as diferentes áreas de negócio. Globalmente, pode-se afirmar que se atingiu um volume de negócios muito próximo do orçamentado (o desvio é apenas de 0,5%).

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2004	2003	VAR. % 04/03
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO			
TUP- NAVIO	2 852	3 032	-5,9%
SERVIÇO DE PILOTAGEM	2 313	2 363	-2,1%
SERVIÇO DE REBOQUE	2 599	2 847	-8,7%
SERVIÇO DE AMARRAÇÃO	603	624	-3,4%
	8 367	8 866	-5,6%
SERVIÇOS PRESTADOS À MERCADORIA			
TUP - CARGA	3 122	2 981	4,7%
OUTROS	66	23	187,0%
	3 188	3 004	6,1%
CONCESSÕES			
TERMINAL PETROLEIRO	6 805	6 728	1,1%
TERMINAL DE CONTENTORES	10 002	9 397	6,4%
TERMINAL CARGA GERAL E GRANÉIS	3 464	3 343	3,6%
OUTRAS	1 537	1 511	1,7%
	21 808	20.979	4,0%
FORNEC. E SERV. DIVERSOS	1 032	1 081	-4,5%
TOTAL	34 395	33 930	1,4%

UNID: 1000 EUROS

Destaca-se por um crescimento francamente positivo e acima do projectado a área de negócio dos Contentores. A movimentação da mercadoria contentorizada está concessionada ao TCL, S. A. Os proveitos associados à concessão aumentaram 6,4%.

Este bom resultado é consequência duma taxa de crescimento de 9% no número de TEU's movimentados pela Concessionária.

As restantes concessões apresentam crescimentos mais moderados:

- ◆ O Terminal Petroleiro gerou proveitos superiores em apenas 1%. Apesar de ter diminuído em 1,4% a quantidade de granéis líquidos movimentados, o acréscimo tarifário de 2% mais do que compensou aquele efeito negativo.
- ◆ O Terminal de Carga Geral e Granéis Sólidos, explorado pelo TCGL, S.A. em regime de concessão, verificou um ligeiro acréscimo nas mercadorias movimentadas: a Carga Geral Fraccionada continuou a cair (-14% relativamente ao ano anterior), mas a movimentação dos granéis cresceu cerca de 6%, compensando aquela queda.

Globalmente, as Concessões originaram proveitos superiores em 4% comparativamente com o ano anterior.

Com evolução favorável esteve também a Tup-carga: cresceu 4,7%, para o que contribuiu decisivamente o acréscimo dos contentores em 2004.

Finalmente, a prestação de serviços ao navio caiu 5,6% relativamente ao ano anterior.

Esta quebra de receita é consequência de:

- ◆ O número de navios entrados em Leixões ter decrescido 3,4%, registando-se ainda uma diminuição da correspondente GT dos navios de 4,6%.
- ◆ Ter-se observado também ao longo do exercício uma menor utilização do serviço de reboques, seja porque os navios vão estando cada vez em maior número melhor apetrechados do ponto de vista técnico, seja porque as condições climatéricas foram mais favoráveis, originando com mais frequência a dispensa de utilização de rebocadores.

Analisa-se de seguida a evolução dos Custos Operacionais, que, ao diminuírem 4,5% relativamente ao ano anterior, contribuíram fortemente para o excepcional crescimento da margem operacional.

CUSTOS OPERACIONAIS

	2004	2003	VAR. % 04/03
CONSUMOS+FORN. E SERV. EXTERNOS	8 479	9 000	-5,8%
CUSTOS C/O PESSOAL	10 549	11 891	-11,3%
AMORTIZAÇÕES	12 053	12 069	-0,1%
PROVISÕES	641	435	47,4%
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	1 721	1 622	6,1%
TOTAL	33 443	35 017	-4,5%

UNID: 1000 EUROS

Com efeito, quer os Fornecimentos e Serviços Externos, quer os Custos com o Pessoal apresentam taxas de crescimento negativas, correspondendo a reduções de custos, relativamente ao ano anterior, de 0,5 e 1,3 milhões de euros, respectivamente.

As Amortizações do Imobilizado mantiveram-se a um nível muito idêntico ao de 2003, enquanto as Provisões do exercício cresceram 0,2 milhões de euros, essencialmente por aumento das dívidas de cobrança duvidosa, fruto de dificuldades acrescidas na cobrança dos créditos sobre terceiros, situação vivida desde 2003 no mercado nacional.

A redução de 0,5 milhão de euros nos Fornecimentos e Serviços Externos deve-se exclusivamente à queda abrupta dos custos com dragagens: com efeito no ano transacto houve um esforço excepcional na manutenção dos fundos das Docas Interiores do Porto de Leixões. Os custos atingiram então os 1,6 milhões de euros em consequência dum assoreamento excepcional. Em 2004 os custos com dragagens ultrapassaram ligeiramente o 0,5 milhão de euros.

Só nesta categoria de custos surge uma “poupança” de 1,1 milhão de euros.

Nas restantes rubricas dos Fornecimentos e Serviços Externos observa-se, de forma geral, algum acréscimo consentâneo com o crescimento da actividade e a subida de preços. Mas a redução de gastos com dragagens superou largamente o crescimento das restantes rubricas dos Fornecimentos e Serviços Externos.

Nos Custos com o Pessoal a redução de 1,3 milhões de euros tem duas origens:

- ◆ Uma mudança de política contabilística no tratamento dos encargos anuais com o Fundo de Pensões do Ex-INPP, que em 2004 deixaram de onerar os Custos com o Pessoal, por se ter constituído no ano anterior Provisão adequada à cobertura das responsabilidades futuras com aquele Fundo.
- ◆ Uma diminuição acentuada dos custos do exercício com o Sistema Privativo de Assistência.

Esta componente de custo é influenciada anualmente pelo resultado do estudo de avaliação actuarial no que respeita às Responsabilidades Futuras com o Sistema de Assistência Médica, privativo dos trabalhadores da APDL, na situação de aposentação ou ainda no activo, desde que admitidos antes do final de 1998, quando a APDL se transformou em sociedade anónima.

A diminuição dos beneficiários aposentados e o controlo dos custos com o sistema de assistência originaram em 2004 uma diminuição das responsabilidades futuras em 0,7 milhões de euros. Apesar dos custos efectivos terem atingido os 2,3 milhões de euros, o custo imputável ao exercício e registado em Custos com o Pessoal é de 1,6 milhões de euros.

CUSTOS COM O PESSOAL	2004	2003	VAR. % 04/03
REMUNERAÇÕES ÓRGÃOS SOCIAIS	269	265	1,5%
REMUNERAÇÕES PESSOAL	6 906	6 509	6,1%
PENSÕES	24	92	-73,9%
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	986	903	9,2%
SEGURO ACIDENTES TRABALHO	50	28	78,6%
CUSTOS C/ACÇÃO SOCIAL:			
ASSISTÊNCIA MÉDICA	1 582	2 709	-41,6%
OUTROS CUSTOS ACÇÃO SOCIAL	454	449	1,1%
OUTROS CUSTOS COM PESSOAL:			
FUNDO DE PENSÕES EX-INPP	0	594	-100,0%
OUTROS CUSTOS	278	342	-18,7%
TOTAL	10 549	11 891	-11,3%

UNID: 1000 EUROS

De resto, como se pode observar no quadro acima, as restantes rubricas relevantes dos Custos com o Pessoal tiveram acréscimos normais, decorrentes da variação positiva do pessoal activo (mais 9 trabalhadores), da actualização salarial em 1,5% e das progressões nas carreiras profissionais.

A estrutura dos Custos Operacionais, traduzida no quadro seguinte, ilustra o impacte das reduções de custos, que acabamos de comentar, na margem operacional, que quadruplica de 2003 para 2004.

ESTRUTURA DOS CUSTOS OPERACIONAIS

	2004	2003
PROVEITOS OPERACIONAIS	100,0%	100,0%
CONSUMOS+FORN. E SERV. EXTERNOS	22,3%	24,9%
CUSTOS C/O PESSOAL	27,8%	33,0%
AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	33,4%	34,6%
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	4,5%	4,5%
CUSTOS OPERACIONAIS	88,0%	97,0%
RESULTADOS OPERACIONAIS	12,0%	3,0%

Este comportamento da actividade operacional acabou por ser determinante no crescimento do Cash-Flow, que ficou próximo de 19 milhões de euros.

CASH – FLOW

	2004	2003
RESULTADOS LÍQUIDOS	6 741	3 690
AMORTIZAÇÕES	12 053	12 069
PROVISÕES (VARIAÇÃO)	4	1 020
FUNDOS LIBERTOS	18 798	16 779

UNID: 1000 EUROS

Para além de dar cobertura integral ao investimento no exercício, no montante de 8,2 milhões de euros, aos encargos com o processo de aposentação antecipada ao abrigo do D.L. 467/99 (2,6 milhões de euros) e aos custos do Fundo de Aposentação do Ex-INPP (0,6 milhões de euros), permitiu o significativo reforço das Disponibilidades.

Situação Financeira e Patrimonial

No final do exercício de 2004 a situação patrimonial reflecte o bom desempenho económico: saiu reforçada a robustez financeira da Empresa.

BALANÇO

	2004		2003	
	VALOR	%	VALOR	%
IMOBILIZADO	217 438	81,2%	221 644	84,8%
ACTIVO CIRCULANTE	43 360	16,2%	32 491	12,4%
EXISTÊNCIAS	108	0,0%	146	0,1%
DÍVIDAS DE 3ºS. CP	6 074	2,3%	5 710	2,2%
DISPONIBILIDADES	37 178	13,9%	26.635	10,2%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	6 958	2,6%	7 141	2,7%
ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	875	0,3%	630	0,2%
CUSTOS DIFERIDOS	6 083	2,3%	6 511	2,5%
TOTAL DO ACTIVO	267 756	100,0%	261 276	100,0%
CAPITAL PRÓPRIO	177 929	66,5%	171 188	65,5%
PROV.Pª,RISCOS E ENCARGOS	49 630	18,5%	53 295	20,4%
DÍVIDAS A 3ºS. M.L.P.	158	0,1%	96	0,0%
DÍVIDAS A 3ºS. C.P.	7 154	2,7%	3 963	1,5%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	32 885	12,3%	32 734	12,5%
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	1 305	0,5%	1 144	0,4%
PROVEITOS DIFERIDOS	31 580	11,8%	31 590	12,1%
PASSIVO+ SIT. LIQUIDA	267 756	100,0%	261 276	100,0%

UNID: 1000 EUROS

Da análise comparativa dos Balanços de 2003 e 2004 ressaltam os factos seguintes:

- ◆ Um crescimento do Activo Total de 2,3%, que resulta exclusivamente do reforço acentuado do Activo Circulante, já que o Imobilizado sofreu uma diminuição de cerca de 2%.
- ◆ Este decréscimo do Imobilizado é resultante dum esforço de investimento no exercício de 8,2 milhões de euros, inferior às amortizações do imobilizado no valor de 12 milhões de euros.

O investimento realizado no exercício ficou-se por valor idêntico ao do ano anterior. Continuam a verificar-se atrasos no arranque de importantes projectos de investimento para a melhoria da competitividade do Porto de Leixões, em consequência de processos demasiado morosos de avaliação de impacte ambiental ou da necessidade de obter consensos com as Autarquias Locais.

- ◆ O crescimento de Activo Circulante faz-se essencialmente através das Disponibilidades. Apesar das Dívidas de Terceiros terem crescido 6,4%, reflexo do clima generalizado no país de aumento do prazo médio de cobrança, são as Disponibilidades que apresentam um acentuado acréscimo.

Consequência duma boa capacidade de gerar fundos, dum esforço de investimento moderado e diminuição dos encargos suportados em 2004 com responsabilidades

traduzidas nas Provisões para Outros Riscos e Encargos, nomeadamente pensões de aposentação ao abrigo do D.L. nº.467/99.

São ainda relevantes os subsídios ao investimento recebidos, quer de Programas Comunitários, quer do Orçamento do Estado. Em 2004 os valores recebidos atingiram os montantes de 1,3 e 0,6 milhões de euros respectivamente.

- ◆ Os Capitais Próprios saíram bastante reforçados em função dum resultado líquido no exercício de quase 7 milhões de euros.
- ◆ O Passivo Total mantém valores próximos dos do ano anterior, mas apresenta uma composição bem distinta.

Com efeito há uma diminuição significativa nas Provisões para Riscos e Encargos (- 3,7 milhões de euros) e um acréscimo também significativo nas Dívidas a terceiros c.p. (+ 3,2 milhões de euros).

- ◆ A redução verificada nas Provisões para Riscos e Encargos tem diversas causas:
 - A Provisão para Encargos com o Processo de Aposentação ao abrigo do D.L. nº.467/99 diminui progressivamente ao longo do tempo com o pagamento dos encargos. Em 2004 os encargos atingiram o montante de 2,6 milhões de euros;
 - A Provisão para as Responsabilidades Futuras com o Fundo de Pensões do Ex-INPP tem igualmente tendência para ir regredindo ao longo do tempo. O seu montante não está, no entanto, relacionado directamente com os encargos anuais pagos (em 2004 foram cerca de 0,6 milhões de euros), pois é objecto de um estudo de avaliação actuarial no final de cada exercício, de que podem resultar ganhos ou perdas actuariais, que influenciam os resultados do exercício;
 - Finalmente, a Provisão para as Responsabilidades Futuras com o Sistema Privativo de Assistência tem idêntico enquadramento contabilístico ao referido para o Fundo de Pensões do Ex-INPP.
- O estudo de avaliação actuarial conduziu em 2004 a uma redução da Provisão em 0,7 milhões de euros.

- ◆ Quanto ao aumento das Dívidas a Terceiros c.p., observa-se o seguinte:
 - Há um acréscimo de 1 milhão de euros em Adiantamentos de Clientes, justificado pela realização de contrato-promessa de compra e venda dum terreno da APDL;
 - As dívidas a Fornecedores de Imobilizado cresceram quase 0,7 milhões de euros, em função dum acréscimo da actividade de investimento no último trimestre do ano;
 - As dívidas ao Estado aumentaram cerca de 1,5 milhões de euros e resultam essencialmente de valores apurados no final do ano relativamente a IVA e IRC a pagar em 2005, nos montantes de 0,3 e 1,1 milhões de euros respectivamente.

No final de 2003 a situação era bem diversa: a APDL era credora do Estado, quer relativamente a IVA, quer relativamente a IRC.

Apesar deste crescimento das Dívidas a Terceiros c.p., o Activo Circulante cresceu incomparavelmente mais reforçando o Fundo de Maneio.

FUNDO DE MANEIO

	2004	2003
1. CAPITAIS CIRCULANTES	44 235	33 121
ACTIVO CIRCULANTE	43 360	32 491
ACRÉSCIMO DE PROVEITOS	875	630
2. PASSIVO CORRENTE	11 323	8 602
DIVIDAS A 3ºS. C.P.	7 154	3 963
ACRÉSCIMO DE CUSTOS	1 305	1 144
PROVISÃO Pª. PROCESSOS JUDICIAIS	467	350
ENC. APOSENTAÇÃO D.L.467/99 (ANO SEG.)	1 811	2 573
ENC. FUNDO APOSENTAÇÃO EX-INPP (ANO SEG.)	586	572
3. FUNDO DE MANEIO (1-2)	32 912	24 519

UNID: 1000 EUROS

O incremento do desfogo financeiro e da robustez da estrutura patrimonial é comprovado pelos rácios financeiros, que se apresentam no quadro seguinte.

RÁCIOS DE NATUREZA ECONÓMICA E FINANCEIRA

	2004	2003
FINANCEIROS		
LIQUIDEZ (1)	3,91	3,79
AUTONOMIA FINANCEIRA (2)	0,67	0,66
SOLVABILIDADE (3)	1,98	1,9
COBERTURA DO IMOBILIZADO (4)	1,04	1,01
TEMPO MÉDIO DE COBRANÇA (DIAS)	43	39
TEMPO MÉDIO DE PAGAMENTO (DIAS)	82	76
ECONÓMICOS (%)		
PRODUÇÃO / PONTO CRÍTICO (5)	112,8	102,7
CUSTOS C/PESSOAL / VAB (6)	36,1	43,9
RENTABILIDADE DAS VENDAS (7)	13	3,2
RENTABILIDADE OPERACIONAL DO ACTIVO (8)	1,7	0,4
RENTABILIDADE DOS CAP. PRÓPRIOS (9)	3,8	2,2

(1) (Activo Circ. + Acrésc. Prov.) / (Passivo c.p. + Acrésc. Custos)

(2) Cap. Próprio / Activo Total Liq.

(3) Capitais Próprios /Passivo Total

(4) Capitais Permanentes /Imobilizado Corpóreo

(5) Ponto Crítico = Custos variáveis + Custos de Estrutura

(6) Custos c/ Pessoal / VAB

(7) Resultados Operacionais/Prestação de Serviços

(8) Resultados Operacionais /Activo Total

(9) Resultados Líquidos/ Capitais Próprios

Apenas os tempos médios de cobrança e pagamento têm uma evolução menos favorável.

Quanto aos rácios económicos demonstram o crescimento da rentabilidade quer da actividade operacional, quer a dos capitais próprios, tendo superado os objectivos que se projectaram no Plano de Actividades e Orçamento para 2004.

Proposta de Aplicação de Resultados

Os Resultados Líquidos apurados no exercício atingem o montante de 6 741 162,90 Euros, para os quais se propõe a seguinte distribuição:.

- ◆ 10% para Reserva Legal, no montante de 674 116,29 Euros
- ◆ 50% para distribuição de Dividendos, no montante de 3 370 581,45 Euros
- ◆ que os restantes 2 696 465,16 Euros sejam levados a Resultados Transitados.

O Conselho de Administração

António Ricardo de Oliveira Fonseca

Emílio Fernando Brògueira Dias

João Henrique Fernandes Marinho



9. BALANÇO, DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS E FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31/12/2004

CÓD. POC	DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	EXERCÍCIOS			
		2004			2003
		AB	AP	AL	AL
	ACTIVO				
	IMOBILIZADO:				
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
432	DESP. DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIM.	1 498 595	1 266 077	232 518	184 527
433	DIREITO PROPRIEDADE INDUSTRIAL	77 117	11 430	65 687	68 836
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	339540		339 540	328 280
		1 915 252	1 277 507	637 745	581 643
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
421	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	15 044 308		15 044 308	15 044 308
422	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	228 323 960	55 470 101	172 853 859	182 187 627
423	EQUIPAMENTO BÁSICO	8 881 558	3 325 130	5 556 428	2 781 772
424	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	1 114 040	547 941	566 099	448 686
425	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	387 095	285 046	102 049	152 007
426	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	5 843 473	4 009 349	1 834 124	2 340 164
429	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	1 260 385	762 790	497 595	612 391
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	19 116 910		19 116 910	16 219 202
		279 971 729	64 400 357	215 571 372	219 786 157
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				
4.113	PARTES DE CAPITAL DE OUTRAS EMPRESAS	123 702		123 702	123 702
4.142	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	1 388 653	283 654	1 104 999	1 152 276
		1 512 355	283 654	1 228 701	1 275 978
	CIRCULANTE:				
	EXISTÊNCIAS:				
36	MATÉRIAS PRIMAS, SUBS. E DE CONSUMO	242 447	134 286	108 161	146 418
		242 447	134 286	108 161	146 418
	DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO				
211	CLIENTES C/C	2 661 528		2 661 528	3 359 859
218	CLIENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA	376 155	376 155		
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	51 .765		51 765	625 212
26	OUTROS DEVEDORES	4 609 963	1 249 804	3 360 159	1 725 457
		7 699 411	1 625 959	6 073 452	5 710 528
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS				
18	OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA	34 000 000		34 000 000	23 500 000
		34 000 000		34 000 000	23 500 000
	DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA				
12	DEPÓSITOS BANCÁRIOS	3 165 987		3 165 987	3 126 287
11	CAIXA	12 130		12 130	8 724
		3 178 117		3 178 117	3 135 011
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	874 810		874 810	629 859
272	CUSTOS DIFERIDOS	2 503 724		2 503 724	3 369 855
276	ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	3 579 740		3 579 740	3 140 742
		6 958 274		6 958 274	7 140 456
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		65 961 518		
	TOTAL DE PROVISÕES		1 760 245		
	TOTAL DO ACTIVO	335 477 585	67 721 763	267 755 822	261 276 192

UNID: EUROS

BALANÇO EM 31/12/2004

CÓD. POC	DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	EXERCÍCIOS	
		2004	2003
	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
	CAPITAL PRÓPRIO:		
511	CAPITAL	48 000 000	48 000 000
5601	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	2 995 452	2 995 452
5602	RES. AVALIAÇÃO DL N° 335/98	160 183 759	160 183 759
571	RESERVAS LEGAIS	2 162 876	1 793 904
574	RESERVAS LIVRES	581 614	581 614
59	RESULTADOS TRANSITADOS	-42 735 440	-46 056 180
		171 188 261	167 498 549
88	RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	6 741 163	3 689 712
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	177 929 424	171 188 261
	PASSIVO:		
	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:		
293	PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO	466 861	350 287
296	ENCARGOS FUTUROS SUBSISTEMA PRIVATIVO SAÚDE	39 827 676	40 519 586
297	ENCARGOS APOSENTAÇÃO DL N° 467/99	4 114 888	6 940 966
298	FUNDO DE PENSÕES DO EX- INPP	5 220 341	5 484 434
		49 629 766	53 295 273
	DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:		
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0	0
261	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	158 005	95 917
268	OUTROS CREDORES	0	0
		158 005	95 917
	DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:		
221	FORNECEDORES C/C	1 855 942	1 878 347
228	FACT. RECEP. E CONFERÊNCIA	9 106	84 325
219	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	1 026 470	12 470
261	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	1 449 409	782 779
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	1 645 152	261 966
26	OUTROS CREDORES	1 167 649	942 603
		7 153 728	3 962 490
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
273	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	1 305 099	1 144 548
274	PROVEITOS DIFERIDOS	31 579 800	31 589 703
		32 884 899	32 734 251
	TOTAL DO PASSIVO	89 826 398	90 087 931
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	267 755.822	261 276 192

UNID: EUROS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DE 1/1/2004 A 31/12/2004

CÓD. POC	DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	EXERCÍCIOS			
		2004		2003	
	CUSTOS E PERDAS				
61	CUSTO MERC. VEND. E MAT. CONSUMIDAS	320 906		313 783	
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	8 157 847	8 478 753	8 686 637	9 000 420
	CUSTOS COM O PESSOAL:				
641+642	REMUNERAÇÕES	7 175 035		6 773 427	
643	ENCARGOS SOCIAIS:				
	PENSÕES	24 367		92 013	
645..648	OUTROS	3 349 237	10 548 639	5 026 036	11 891 476
66	AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO	12 053 650		12 069 295	
67	PROVISÕES	640 836	12 694 486	435 247	12 504 542
63	IMPOSTOS	5 866		5 499	
65	OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	1 715 626	1 721 492	1 616 577	1 622 076
	(A)		33 443 370		35 018 514
683	AMORT. DE INVEST. EM IMÓVEIS	47 277		47 277	
681..688	JUROS E CUSTOS SIMILARES	18 131	65 408	138 436	185 713
	(C)		33 508 778		35 204 227
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS		3 409 485		4 297 266
	(E)		36 918 263		39 501 493
86	IMPOSTO S/O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO		679 847		-549 621
	(G)		37 598 110		38 951 872
88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6 741 163		3 689 712
			44 339 273		42 641 584
	PROVEITOS E GANHOS				
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		34 394 654		33 930 009
	VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO		0		
74	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO		74 407		99 772
75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA		68 067		173 688
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	3 271 115		1 856 879	
76	OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS	179 812	3 450 927	54 323	1 911 202
	(B)		37 988 055		36 114 671
7815/6+783	RENDIMENTO DE TÍTULOS NEGOCIÁVEIS E DE OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	827 445		729 372	
7811+785/6/8	OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES	77 832	905 277	136 219	865 591
	(D)		38 893 332		36 980 262
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS		5 445 941		5 661 322
	(F)		44 339 273		42 641 584
	RESULTADOS OPERACIONAIS (B)-(A)		4 544 685		1 096 157
	RESULTADOS FINANCEIROS (D-B)-(C-A)		839 869		679 878
	RESULTADOS CORRENTES (D)-(C)		5 384 554		1 776 035
	RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS (F)-(E)		7 421 010		3 140 091
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (F)-(G)		6 741 163		3 689 712

UNID: EUROS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

	EXERCÍCIOS	
	2004	2003
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	+ 34 394 654	+ 33 930 009
CUSTO DAS VENDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	- 19 480 170	- 20 854 427
RESULTADOS BRUTOS	+ 14 914 484	+ 13 075 582
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	+ 3 593 401	+ 2 184 662
CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO	- 6 995 650	- 6 588 163
CUSTOS ADMINISTRATIVOS	- 4 789 062	- 5 613 814
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	-	-
RESULTADOS OPERACIONAIS	+ 6 723 173	+ 3 058 267
CUSTO LÍQUIDO DE FINANCIAMENTO	-	-
GANHOS (PERDAS) EM FILIAIS E ASSOCIADAS	-	-
GANHOS (PERDAS) EM OUTROS INVESTIMENTOS	+ 839 869	+ 679 878
RESULTADOS CORRENTES	+ 7 563 042	+ 3 738 145
IMPOSTOS SOBRE OS RESULTADOS CORRENTES	- 2 007 700	- 1 559 268
RESULTADOS CORRENTES APÓS IMPOSTOS	+ 5 555 342	+ 2 178 877
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	- 142 032	- 598 054
IMPOSTOS SOBRE OS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	+ 888 856	+ 1 362 503
ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	+ 438 997	+ 746 386
RESULTADOS LÍQUIDOS	+ 6 741 163	+ 3 689 712
RESULTADOS POR ACÇÃO	+ 0,70	+ 0,38

UNID: EUROS

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DOS FUNDOS CIRCULANTES

1 - AUMENTOS DAS EXISTÊNCIAS MATÉRIAS-PRIMAS, SUBS. E DE CONSUMO		1 - DIMINUIÇÃO DAS EXISTÊNCIAS MATÉRIAS-PRIMAS, SUBS. E DE CONSUMO	38 258
2 - AUMENTO DAS DÍVIDAS DE TERCEIROS A CURTO PRAZO CLIENTES C/C CLIENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS OUTROS DEVEDORES ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	103 005 2 055 960	2 - DIMINUIÇÃO DAS DÍVIDAS DE TERCEIROS A C/PRAZO CLIENTES C/C CLIENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS OUTROS DEVEDORES ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	698 331 573 447 621 180
3 - DIMINUIÇÃO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS A CURTO PRAZO ADIANTAMENTOS DE CLIENTES FORNECEDORES, C/C ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS FORNECEDORES DE IMOBILIZADO, C/C OUTROS CREDORES ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	97 624	3 - AUMENTO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS A CURTO PRAZO ADIANTAMENTOS DE CLIENTES FORNECEDORES, C/C ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS FORNECEDORES DE IMOBILIZADO, C/C OUTROS CREDORES ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	1 014 000 1 383 186 666 630 225 046 151 262
4 - AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES CAIXA DEPÓSITOS À ORDEM OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA	3 406 39 700 10 500 000	4 - DIMINUIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES CAIXA DEPÓSITOS À ORDEM OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA	
		5 - AUMENTO DOS FUNDOS CIRCULANTES	7 428 355
	12 799 695		12 799 695

UNID: EUROS

DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS FUNDOS

ORIGEM DOS FUNDOS		APLICAÇÃO DOS FUNDOS	
INTERNAS:		DIMINUIÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS:	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6 741 163	RESPONSABILIDADES FUTURAS RELATIVAS AO FUNDO DE PENSÕES DO EX-INPP	
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO:			
DE IMOBILIZADO CORPÓREO	11 907		
DE IMOBILIZADO INCORPÓREO	967		
DE INVESTIMENTO FINANCEIRO	145 683	MOVIMENTOS FINANCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO:	
VARIAÇÃO DE PROVISÕES	47 277	DIMINUIÇÃO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO	
	-3 141		
	244	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:	
	15 700	ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	438 998
	846	PROVEITOS DIFERIDOS - VARIAÇÃO LÍQUIDA DOS SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO	614
EXTERNAS:			
AUMENTO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS A MÉDIO			

E LONGO PRAZO: FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	62 088			
		AUMENTO DE IMOBILIZAÇÕES:		
DIMINUIÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES: CESSÃO DE IMOBILIZAÇÕES	312 992	TRABALHOS DA EMPRESA PARA ELA PRÓPRIA	68 067	
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		AQUISIÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES:	7 938	
PROV. DIFERIDOS – VAR. LIQ. SUB. AO INVEST.	0	IMOBILIZADO CORPÓREO	107	
		IMOBILIZADO INCORPÓREO	201 785	8 207 959
		AUMENTO DOS FUNDOS CIRCULANTES		7 428 355
	16 075 926			16 075 926

UNID: EUROS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 1/01/2004 A 31/12/2004

	EXERCÍCIOS	
	2004	2003
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
RECEBIMENTOS DE CLIENTES	+ 39 030 775	35 012 804
PAGAMENTOS A FORNECEDORES	- 7 520 404	9 948 709
PAGAMENTOS AO PESSOAL	- 11 060 112	11 258 392
FLUXO GERADO PELAS OPERAÇÕES	20 450 259	13 805 703
PAGAMENTO/RECEBIMENTO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	180 894	-166 015
OUTROS RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS RELATIVOS À ACTIVIDADE OPERACIONAL	- 2 588 759	-3 074 522
FLUXOS GERADOS ANTES DAS RUBRICAS EXTRAORDINÁRIAS	18 042 394	10 565 166
RECEBIMENTOS RELACIONADOS COM RUBRICAS EXTRAORDINÁRIAS	+ 286 025	126 468
PAGAMENTOS RELACIONADOS COM RUBRICAS EXTRAORDINÁRIAS	- 3 512 838	4 165 415
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)	14 815 581	6 526 218
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
INVESTIMENTOS FINANCEIROS		
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	94 684	77 804
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS		
SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTOS	1 931 720	4 189 034
JUROS E PROVEITOS SIMILARES	861 960	1 086 185
DIVIDENDOS		
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	2 888 364	5 353 023
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
INVESTIMENTOS FINANCEIROS		
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	6 789 251	8 608 532
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	201 786	361 280
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	6 991 037	8 969 812
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	-4 102 673	-3 616 789
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		
AUMENTOS DE CAPITAL, PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES E PRÉMIOS DE EMISSÃO		
SUBSÍDIOS E DOAÇÕES		
VENDA DE ACÇÕES E QUOTAS PRÓPRIAS		
COBERTURA DE PREJUÍZOS		
EMPRÉSTIMOS DOS SÓCIOS	0	0
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		
AMORTIZAÇÃO DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	152 063	143 854
JUROS E CUSTOS SIMILARES	17 740	10 387
DIVIDENDOS		
REDUÇÕES DE CAPITAL E PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES		

AQUISIÇÃO DE ACÇÕES E QUOTAS PRÓPRIAS		169 803	154 241
EMPRÉSTIMOS DOS SÓCIOS			
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-169 803	-154 241
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4)=(1)+(2)+(3)		10 543 105	2 755 187
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO		0	0
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		26 635 012	23 879 824
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO		37 178 117	26 635 012

UNID: EUROS

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
2 - DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

	2004	2003
NUMERÁRIO	12 130	8 724
DEPÓSITOS BANCÁRIOS IMEDIATAMENTE MOBILIZÁVEIS	3 165 987	3 126 287
EQUIVALENTES A CAIXA:		
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS		
OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA	34 000 000	23 500 000
DISPONIBILIDADES CONSTANTES DO BALANÇO	37 178 117	26 635 012

UNID: EUROS

IO. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (Montantes expressos em euros)

NOTA 1 – Introdução

A APDL, S.A. - Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., adiante designada por “APDL” ou “Empresa”, é uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por objecto a administração dos portos do Douro e Leixões, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento.

A área de jurisdição da APDL abrange a faixa marginal do domínio público marítimo, desde o enfiamento do eixo da Rua da Bélgica, na Praia de Lavadores, até ao paralelo do farol da Boa Nova, ao Norte do Porto de Leixões e, compreende, além disso, as duas zonas seguintes:

- a) Zona do Porto do Douro, que inclui todo o estuário do Rio Douro, desde 200 metros a montante da Ponte Luís I até à Foz, com todas as suas margens, ancoradouros, cais, docas e terraplenos existentes ou que venham a ser construídos.
- b) Zona do Porto de Leixões, que abrange quebra-mares, a área molhada por eles circunscrita e as docas existentes ou a construir; o curso do Rio Leça até à antiga ponte dos moinhos de Guifões e a área terrestre delimitada pelo domínio público respectivo.

Áreas de actuação

- ◆ Fomentar e promover a actividade portuária nos portos do Douro e Leixões;
- ◆ Assegurar o regular funcionamento dos portos do Douro e Leixões nas suas vertentes de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efectivos e de exploração portuária;
- ◆ Atribuir licenças ou concessões nas áreas sob a sua jurisdição;
- ◆ Licenciamento da actividade portuária e concessão de serviços públicos portuários;
- ◆ Regulamentar taxas a cobrar pela utilização dos portos e respectivos serviços;
- ◆ Supervisionar e fiscalizar o uso público dos serviços inerentes à actividade portuária; e
- ◆ Expropriar, por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários.

Serviços prestados

- ◆ Ajudas à navegação;
- ◆ Gestão de postos de acostagem;
- ◆ Controle de tráfego marítimo;
- ◆ Prestação de serviços de amarração, guindagem, armazenagem, aguada, recolha de resíduos, energia eléctrica, rebocadores e pilotagem;
- ◆ Manutenção dos canais de acesso;
- ◆ Prevenção e combate à poluição no mar;
- ◆ Sistemas de segurança;
- ◆ Construção e manutenção de acessibilidades terrestres ao porto;
- ◆ Manutenção de equipamentos, cais e terraplenos;
- ◆ Limpeza da área portuária;
- ◆ Atribuição de licenças no âmbito da sua área de jurisdição (praias, terraplenos, pipelines, entre outros); e
- ◆ Atribuição de concessões (Granéis Líquidos, Contentores, Granéis Sólidos, Carga Geral Fraccionada, Doca de Recreio, Porto de Pesca e Cais de Gaia).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC), sendo as notas cuja numeração se encontra ausente do anexo não aplicáveis à Empresa ou não relevantes para a apreciação das Demonstrações Financeiras anexas.

NOTA 2 – Comparabilidade das contas do Balanço e das Demonstrações de Resultados

Excepto quanto aos efeitos das situações referidas na Nota 31 (iii) e Nota 48 (v), a Empresa não procedeu a alterações de práticas e políticas contabilísticas, pelo que todos os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos materialmente relevantes, com os do exercício anterior.

NOTA 3 – Bases de apresentação e principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo

As imobilizações incorpóreas são constituídas basicamente por despesas de instalação e de investigação e de desenvolvimento. São amortizadas pelo método das quotas constantes, em duodécimos, durante um período de 3 anos.

As imobilizações corpóreas são originalmente registadas ao custo de aquisição, o qual no caso das imobilizações existentes à data de 31 de Dezembro de 1998, foi determinado com base em avaliação patrimonial efectuada por entidade especializada, ao abrigo do Decreto-Lei 335/98, de 3 de Novembro.

As amortizações são calculadas, sobre o valor de aquisição ou avaliado, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Decreto Regulamentar nº2/90), as que permitam a reintegração do imobilizado, durante a sua vida útil estimada. Os bens objecto do processo de avaliação patrimonial acima referido são amortizados em função do período de vida útil atribuído naquele processo.

As taxas de amortização utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas médias:

	Anos médios de vida útil
Edifícios e outras construções	12 – 40
Equipamento básico	10 – 15
Equipamento de transporte	4 – 6
Ferramentas e utensílios	2 – 4
Equipamento administrativo	6
Outras imobilizações corpóreas	4 – 5

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como custos do exercício em que são incorridos. As reparações que aumentam a utilidade económica dos activos imobilizados são registadas como custos diferidos e amortizados durante a vida útil remanescente dos mesmos.

Os terrenos não são objecto de amortização.

b) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são valorizados ao custo de aquisição, adicionado das despesas de aquisição, excepto quanto aos Imóveis de Rendimento que foram objecto de uma avaliação patrimonial reportada a 31 de Dezembro de 1998.

Sempre que qualquer dos investimentos financeiros referidos tiver à data do balanço, um valor de mercado ou de recuperação inferior ao registado na contabilidade, este é objecto da correspondente redução, por intermédio da conta 684 (Custos e Perdas Financeiras - Provisões para Aplicações Financeiras), tendo como contrapartida a conta 49 (Provisões para Investimentos Financeiros).

c) Existências

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui os gastos para as colocar no seu estado actual. O critério valorimétrico das saídas de existências é o custo médio ponderado.

d) Provisão para depreciação de existências e para créditos de cobrança duvidosa

A provisão para depreciação de existências cobre a diferença entre o custo de aquisição das matérias-primas, subsidiárias e de consumo e o respectivo valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

A provisão para créditos de cobrança duvidosa é calculada tendo por base os riscos previstos de cobranças no final de cada ano.

e) Disponibilidades

Os títulos negociáveis e aplicações de tesouraria são registados ao custo de aquisição.

f) Contratos de locação financeira

Os activos immobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no immobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

g) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

h) Proveitos Diferidos

Os subsídios recebidos a fundo perdido para o financiamento de immobilizações corpóreas são registados em balanço como proveitos diferidos para posterior reconhecimento na demonstração dos resultados de cada exercício (proveitos extraordinários), proporcionalmente às amortizações das respectivas immobilizações corpóreas subsidiadas.

i) Custos Diferidos

Compreende gastos que apenas são reconhecidos em custos em exercícios seguintes e que respeitam fundamentalmente a despesas de Manutenção/Conservação com carácter periódico de Infra-estruturas e Equipamento Básico. O prazo de diferimento do custo é baseado na utilidade futura esperada de cada uma das intervenções.

j) Responsabilidades assumidas pelo regime privativo de assistência médica-medicamentosa e assistência hospitalar e responsabilidades por pensões de reforma

A Empresa adopta como política contabilística para reconhecimento das responsabilidades assumidas pelo regime privativo de assistência médica-medicamentosa e assistência hospitalar, assim como por pensões de reforma, os critérios consagrados na Directriz Contabilística n.º 19, emanada pela Comissão de Normalização Contabilística (ver Nota 31). A fim de estimar as responsabilidades, a Empresa segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais das mesmas.

k) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas em euros aos câmbios vigentes à data da operação. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do Balanço por referência às paridades vigentes nessa data, integram os resultados correntes do exercício.

l) Imposto sobre o rendimento

O encargo com o imposto sobre o rendimento é apurado, tendo em consideração as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

NOTA 6 – Imposto Sobre o Rendimento

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a uma taxa de 25%, acrescida da Derrama à taxa de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa relativas aos anos de 2001 a 2004 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A partir do exercício de 2002, a Empresa passou a registar nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporais que se verificam entre os resultados anuais determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, de acordo com o disposto na Directriz Contabilística n.º 28.

No entanto, relativamente às situações existentes à data de entrada em vigor da referida Directriz Contabilística (1 de Janeiro de 2002) e que afectavam os impostos futuros, a Empresa optou por não reconhecer os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos, até que se demonstre, com rigor, que há expectativas futuras de recuperação dos mesmos.

Assim, de acordo com os dados disponíveis e as taxas de imposto em vigor, o valor dos impostos diferidos não reconhecidos, e resultantes de situações existentes em 1 de Janeiro de 2002, são os seguintes:

	IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS	IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS
PROVISÕES COM ENCARGOS COM APOSENTAÇÕES AO ABRIGO DO DECRETO – LEI 467/99, DE 6 DE NOVEMBRO: 4 114 889 X 27,5%	1 131 594	-
PROVISÃO PARA RESPONSABILIDADES FUTURAS COM SISTEMA PRIVATIVO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA-MEDICAMENTOSA E HOSPITALAR: 33 240 862 X 27,5%	9 141 237	-
MAIS VALIAS RESULTANTES DA ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO 3 011 252 X 27,5%	-	(828 094)
	10 272 831	(828 094)

UNID: EUROS

O imposto sobre o rendimento apurado no exercício, no montante de 679 847 euros, inclui o efeito do imposto diferido gerado pelas diferenças temporais abaixo referidas:

	BALANÇO		DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
	CAPITAIS PRÓPRIOS	IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS	
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2004			
RESPONSABILIDADES FUTURAS COM SISTEMA PRIVATIVO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	(1 376 435)	1 376 435	-
FUNDO DE PENSÕES DO EX – INPP	(1 508 219)	1 508 219	-
ENCARGOS DECORRENTES DO PROCESSO DE APOSENTAÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO – LEI 467/99, DE 6 DE NOVEMBRO	(67 489)	67 489	-
PROVISÕES PARA CLIENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA	(188 599)	188 599	
	(3 140 742)	3 140 742	-
MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO			
VARIAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES FUTURAS COM O SISTEMA PRIVATIVO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA (VER NOTA 31 (I)) 1 581 598 X 27,5%	(434 940)	434 940	(434 940)
VARIAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES COM O FUNDO DE PENSÕES DO EX – INPP (264 093) X 27,5% (VER NOTA 31 (III))	72 626	(72 626)	72 626
VARIAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES COM ENCARGOS DECORRENTES DO PROCESSO DE APOSENTAÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO – LEI 467/99 (252 002) X 27,5% (VER NOTA 31 (II))	67 489	(67 489)	67 489
PROVISÃO PARA CLIENTES/DEVEDORES DE COBRANÇA DUVIDOSA NÃO ACEITES FISCALMENTE 524 263 X 27,5%	(144 172)	144 172	(144 172)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	(3 579 739)	3 579 739	(438 997)
IMPOSTOS CORRENTES DO EXERCÍCIO			1 118 844
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO			679 847

UNID: EUROS

NOTA 7 - Activo Médio de Pessoal

Atenta a natureza do vínculo contratual, os trabalhadores ao serviço, à data de 31 de Dezembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, apresentam a seguinte caracterização:

	2004	2003
PESSOAL DO QUADRO	210	199
PESSOAL REQUISITADO/COMISSÃO DE SERVIÇO	2	2
PESSOAL CONTRATADO (TERMO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇO)	12	14
	224	215

NOTA 8 – Despesas de investigação e desenvolvimento

Os acréscimos ocorridos durante o exercício de 2004 nesta rubrica do Balanço ascendem a 200 760 euros e prendem-se com a imobilização de valores referentes a:

- ◆ Estudo de operacionalidade do Posto A do Terminal Petrolífero – 45 000 Euros
- ◆ Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Leixões – 94 750 Euros
- ◆ Sistema de Informação Geográfica – 33 836 Euros
- ◆ Projecto PISCIS – Projecto de Investigação Oceanográfica em Consórcio – 25 174 Euros
- ◆ Projecto KOS – Kit Operações Subaquáticas – 2 000 Euros

NOTA 10 – Movimentos ocorridos no Activo Imobilizado

Nos quadros anexos "Activo Bruto" e "Amortizações" demonstram-se os movimentos ocorridos nas grandes classes do Imobilizado durante o exercício de 2004.

ACTIVO BRUTO

RUBRICA	SALDO INICIAL	REGULA-RIZAÇÕES	TRANSFE-RÊNCIAS	AUMENTOS	ABATES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:						
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	1 309 095	-	94 750	94 750	-	1 498 595
MARCAS E PATENTES	76 092	-	1 025	-	-	77 117
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	328 280	-	(94 750)	106 010	-	339 540
A)	1 713 467	-	1 025	200 760	-	1 915 252
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	15 044 308					15 044 308
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	227 298	41 049	229 982	841 910	(87 968)	228 323 960
EQUIPAMENTO BÁSICO	988	-	121 512	3 251 861	(416 796)	8 881 558
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	5 924 981	-	-	364 810	(319 006)	1 114 040
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1 068 236	-	(4 127)	2 414	(7 273)	387 095
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	396 081	2 250	81 979	171 728	(71 065)	5 843 473
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	5 658 581	(756)	2 865	42 038	-	1 260 385
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	1 216 238	-	(433 236)	3 330 944	-	19 116 910
B)	272 826	42 543	(1 025)	8 005 705	(902 108)	279 971 729
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:						
PARTES DE CAPITAL	614					
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	123 702	-	-	-	-	123 702
C)	1 388 653	-	-	-	-	1 388 653
TOTAL (A + B + C)	276 052	436	42 543	-	8 206 465	(902 108)
	436	42 543	-	8 206 465	(902 108)	283 399 336

UNID: EUROS

As regularizações efectuadas durante o exercício prendem-se com movimentos de reclassificação contabilística mais apropriada, empreendida em alguns elementos patrimoniais.

AMORTIZAÇÕES

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REGULA-RIZAÇÕES	ABATES	TRANSFE-RÊNCIAS	REFORÇO	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:						
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	1 124 568	-	-	-	141 509	1 266 077
MARCAS E PATENTES	7 255	-	-	-	4 175	11 430
A)	1 131 823	-	-	-	145 684	1 277 507
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS						
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	45 111 361	222 218	(30 697)	91 580	10 075 639	55 470 101
EQUIPAMENTO BÁSICO	3 143 208	-	(414 770)	4 033	592 659	3 325 130
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	619 550	-	(254 460)	-	182 851	547 941
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	244 074	-	(4 925)	(4 033)	49 930	285 046
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	3 318 417	-	(65 432)	(91 580)	847 944	4 009 349
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	603 847	-	-	-	158 943	762 790
B)	53 040 457	222 218	(770 284)	-	11 907 966	64 400 357
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:						
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	236 377	-	-	-	47 277	283 654
C)	236 377	-	-	-	47 277	283 654
TOTAL (A + B+ C)	54 408 657	222 218	(770 284)	-	12 100 927	65 961 518

UNID: EUROS

NOTA 14 – Imobilizações corpóreas em situações especiais

(i) Imobilizado construído em terrenos do domínio público

A maioria dos Edifícios e Construções que integram o Imobilizado Corpóreo da Empresa foram edificados em terrenos do domínio público do Estado afecto à APDL. Objectivando esta realidade específica, enumera-se de seguida o peso relativo destes bens construídos em terrenos do domínio público, contabilizados na conta 422 – Edifícios e outras construções:

	2004	2003
VALOR BRUTO TOTAL	228 323 960	227 298 988
VALOR BRUTO DOS IMÓVEIS E INSTALAÇÕES CONSTRUÍDOS EM TERRENOS DO DOMÍNIO PÚBLICO	224 669 860	224 173 394

UNID: EUROS

(ii) Imobilizado integrado em áreas concessionadas

Parte do Imobilizado Corpóreo da APDL está afecto a actividades concessionadas, entre as quais destacam-se as seguintes situações:

- ◆ Infra-estruturas afectas à actividade de movimentação de carga geral fraccionada e granéis no Porto de Leixões, concessionada ao TCGL – Terminal de Carga Geral e Granéis de Leixões, S.A., essencialmente constituídos por muros-cais e terraplenos nas Docas 1 Sul, 2 Norte e Sul e 4 Norte.
- ◆ Infra-estruturas afectas à actividade de movimentação da carga contentorizada no Porto de Leixões, concessionada ao TCL – Terminal de Contentores de Leixões, S.A., essencialmente constituídas por muros cais e terraplenos na Doca 1 Norte e na Doca 4 Sul.
- ◆ Infra-estruturas que constituem o Terminal Petroleiro, concessionado à Petrogal.
- ◆ Infra-estruturas e edifícios que constituem o porto de pesca de Matosinhos, concessionado à Docapesca.

NOTA 15 – Bens em regime de locação financeira

Em 31 de Dezembro de 2004, a APDL mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

DESCRIÇÃO	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	RENDAS VINCENDAS
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE (ANO DE 2002)	245 328	134 046	95 892
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE (ANO DE 2004)	274 640	38 586	248 225
	519 968	172 632	344 117

UNID: EUROS

NOTA 19 – Valoração dos elementos do activo circulante a preços de mercado

Não existem diferenças materialmente relevantes entre os valores constantes das rubricas do Balanço e os correspondentes preços do mercado.

NOTA 23 – Dívidas de cobrança duvidosa

Os créditos de cobrança duvidosa à data de 31 de Dezembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2003 eram os seguintes:

RUBRICAS	31 DE DEZEMBRO DE 2004		31 DE DEZEMBRO DE 2003	
	VALOR DA DÍVIDA	VALOR DA PROVISÃO	VALOR DA DÍVIDA	VALOR DA PROVISÃO
CLIENTES DE COBRANÇA .DUVIDOSA	376 155	376 155	273 151	273 151
DEVEDORES DAS OBRAS SOCIAIS	724 848	88 938	727 369	88 938
OUTROS DEVEDORES	3 885 115	1 160 866	1 826 633	739 607
TOTAL	4 986 118	1 625 959	2 827 153	1 101 696

UNID: EUROS

A Empresa provisiona a 100% a totalidade das dívidas de clientes e outros devedores que apresentem atrasos de cobrança superiores a 90 dias.

Relativamente aos “Devedores da Obras Sociais”, e desde que não caiam na situação referida no parágrafo anterior, é procedimento habitual criar uma provisão que dê cobertura às dívidas a recuperar dos beneficiários com mais de 75 anos de idade.

NOTA 24 – Adiantamentos ou empréstimos concedidos aos órgãos sociais

Não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos a membros dos Órgãos da Administração, de Direcção ou de Fiscalização da Empresa, nem foram assumidas quaisquer responsabilidades por sua conta.

NOTA 25 – Valor global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal

O valor das dívidas activas e passivas referentes ao pessoal era, em 31 de Dezembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, o seguinte:

	2004	2003
CRÉDITOS SOBRE O PESSOAL:	935 500	869 782
o DÉBITOS SUBSISTEMA DE SAÚDE	854 033	851 483
o QUOTIZAÇÕES OBRAS SOCIAIS	15 624	18 299
o EMPRÉSTIMOS PARA A AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES	64 626	-
o ADIANTAMENTO POR DESPESAS A REGULARIZAR	1 217	-
DÉBITOS AO PESSOAL	30 919	23 505

UNID: EUROS

NOTA 28 – Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos. Os saldos com estas entidades eram os seguintes:

	SALDOS DEVEDORES		SALDOS CREDITORES	
	2004	2003	2004	2003
IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO	51 765	444 318	324 314	-
SEGURANÇA SOCIAL	-	-	151 359	129 613
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES	-	-	153 803	132 285
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS COLECTIVAS	-	180 894	1 015 624	-
IMPOSTO DE SELO	-	-	52	68
	51 765	625 212	1 645 152	261 966

UNID: EUROS

NOTA 31 – Responsabilidades assumidas pelo Sistema Privativo de assistência médica-medicamentosa e hospitalar, aposentações e pensões de reforma

(i) Regime Privativo de assistência médica e medicamentosa - plano de benefícios definidos

A Empresa tem como responsabilidade o pagamento da assistência médica-medicamentosa e hospitalar, não só aos colaboradores que integravam os quadros da empresa até 2 de Dezembro 1998, assim como aos seus cônjuges e filhos até à idade legal do benefício.

Os estudos actuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência a 31 de Dezembro de 2004 e de 2003, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades acumuladas tiveram por base os seguintes pressupostos:

	2004	2003
TÁBUA DE MORTALIDADE	TV 73/77	TV 73/77
TÁBUA DE INVALIDEZ	EVK 80 (50%)	EVK 80 (50%)
TAXA DE DESCONTO	4.75%	5.00%
TAXA DE CRESCIMENTO DOS CUSTOS	5.00%	5.00%
AGREGADO FAMILIAR MÉDIO – ACTIVOS/REFORMADOS	2	2
AGREGADO FAMILIAR MÉDIO – OUTROS BENEFICIÁRIOS	1	1
CUSTO PER CAPITA	855	893

Em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003 o valor das responsabilidades da Empresa analisa-se como segue:

	2004	2003
RESPONSABILIDADE POR SERVIÇOS PASSADOS:		
ACTIVOS	2 035 643	1 741 418
APOSENTADOS	33 923 975	34 988 213
OUTROS	3 868 058	3 789 955
	39 827 676	40 519 586

UNID: EUROS

Conforme referido na Nota 3 j), a Empresa adopta como política contabilística para reconhecimento das suas responsabilidades futuras decorrentes deste Plano Médico, os critérios consagrados pela Directriz Contabilística n.º 19, aprovada pelo Conselho Geral da Comissão de Normalização contabilística em 21 de Maio de 1997.

Em consequência, a diminuição das responsabilidades por serviços passados apurada entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, no montante de 691 910 euros analisa-se como segue:

	DR / (CR)
RESPONSABILIDADE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	40 519 586
BENEFÍCIOS PAGOS	(2 273 508)
CUSTO DO EXERCÍCIO DE 2004	1 581 598
RESPONSABILIDADES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	39 827 676

UNID: EUROS

A variação apurada entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, no montante de 691 910 euros, foi registada na rubrica de “Provisões para outros riscos e encargos” (Ver Nota 34) por contrapartida de um débito na rubrica de “Custos com Pessoal”, pelo montante de 1 581 598

euros, e um crédito na rubrica de “Disponibilidades”, pelo montante de 2 273 508 euros, correspondente aos benefícios pagos no exercício.

O valor registado a débito na rubrica de “Custos com Pessoal” tem a seguinte composição:

	DR / (CR)
CUSTO COM OS SERVIÇOS CORRENTES	87 363
CUSTO FINANCEIRO	1 973 075
GANHOS E PERDAS ACTUARIAIS	(478 840)
	1 581 598

UNID: EUROS

(ii) Responsabilidade por pensões ao abrigo do Decreto-Lei 467/99, de 6 de Novembro

A responsabilidade pelo pagamento das pensões dos trabalhadores que requereram a aposentação ao abrigo do Artigo 2º do Decreto-Lei 467/99, de 6 de Novembro é da APDL, cessando tal responsabilidade quando os trabalhadores que tenham optado pela aposentação perfaçam 36 de serviço ou 70 anos de idade.

Em 31 de Dezembro de 2004, a responsabilidade da Empresa pelo pagamento destas pensões analisa-se como segue (ver Nota 34):

	DR / (CR)
RESPONSABILIDADE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	6 940 966
PAGAMENTO DE PENSÕES NO EXERCÍCIO	(2 573 175)
VARIAÇÃO NO VALOR DAS RESPONSABILIDADES	(252 902)
RESPONSABILIDADES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	4 114 889

UNID: EUROS

A variação do valor das responsabilidades por serviços passados, apurada entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, negativa no montante de 2 826 078 euros, foi registado a débito na rubrica de “Provisões para outros riscos e encargos” (Ver Nota 34) por contrapartida de um crédito na rubrica de “Proveitos Extraordinários – Redução de Amortizações e Provisões”, pelo montante de 2 826 078 euros (Ver Nota 46).

(iii) Fundo de Pensões do Ex – INPP

Os encargos com aposentações do Fundo de Aposentações criado pelo Decreto-Lei n.º 188/89, de 3 de Junho, são suportados por cada uma das autoridades portuárias relativamente ao número de aposentados que integravam o respectivo ex-Departamento de Pilotagem.

Os estudos actuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência a 31 de Dezembro de 2004 e de 2003, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades acumuladas tiveram por base os seguintes pressupostos:

	2004	2003
TÁBUA DE MORTALIDADE	TV 73/77	TV 73/77
TAXA DE CAPITALIZAÇÃO	4,00%	4,00%
TAXA DE PROGRESSÃO DAS PENSÕES	2,5%	2,5%

Em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003 o valor das responsabilidades da Empresa analisa-se como segue:

	2004	2003
RESPONSABILIDADE POR SERVIÇOS PASSADOS	5 220 341	5 484 434

UNID: EUROS

A Empresa adopta como política contabilística para reconhecimento das suas responsabilidades por estas pensões, os critérios consagrados pela Directriz Contabilística n.º 19, aprovada pelo Conselho Geral da Comissão de Normalização contabilística em 21 de Maio de 1997.

Em consequência, a variação das responsabilidades por serviços passados apurada entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, no montante de 264 093 euros analisa-se como segue:

	DR / (CR)
RESPONSABILIDADE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	5 484 434
PENSÕES PAGAS NO EXERCÍCIO	(571 758)
CUSTO DO EXERCÍCIO DE 2004	307 665
RESPONSABILIDADES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	5 220 341

UNID: EUROS

A variação do valor das responsabilidades por serviços passados, apurado entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, negativa em 264 093 euros, foi registada a débito na rubrica de "Provisões para outros riscos e encargos" (Ver Nota 34) por contrapartida de um débito na rubrica "Custos extraordinários – Outros custos e perdas extraordinárias", pelo montante de 307 665, e de um crédito na rubrica de "Disponibilidades", no montante de 571 758 euros, correspondente aos benefícios pagos no exercício.

As pensões pagas no ano de 2003, no montante de 593 950, haviam sido contabilizadas na rubrica de "Custos com o Pessoal".

NOTA 32 – Responsabilidades por garantias prestadas

(i) Aval prestado a um financiamento do GPL

Durante o exercício de 1995 foi prestado pela APDL um aval, conjuntamente com os operadores portuários de Leixões, a um empréstimo de 5 985 575 euros, contraído pela Associação GPL – Empresa de Trabalho Portuário do Douro e Leixões, junto da Companhia Geral do Crédito Predial Português, S.A. e Banco Espírito Santo, S.A., aval esse que obteve a concordância do Senhor Secretário de Estado Adjunto e das Pescas e aprovação do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Tesouro, em despachos de respectivamente de 24.01.1995 e 01.02.1995.

O envolvimento da APDL nesta garantia prendeu-se com o reconhecido interesse que a operação de financiamento à GPL virá a ter na redução de mão-de-obra portuária, com o conseqüente abaixamento de custos e uma maior competitividade do Porto de Leixões.

Em 31 de Dezembro de 2004, o empréstimo em referência apresentava um saldo de 149 639 euros.

(ii) Garantias bancárias prestadas a terceiros

- ◆ Em 2001 a APDL prestou uma garantia bancária a favor do Juiz de Direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Matosinhos para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnização de parcelas de terreno expropriadas, no âmbito da empreitada de construção da VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões. Em 31 de Dezembro de 2004, aquela garantia era de 259 447 Euros.
- ◆ Em 2003 foi prestada uma garantia bancária no valor de 177 857 euros a favor da Agência de Inovação, S.A. destinada a caucionar o contrato de financiamento do projecto de I&D intitulado PISCIS – Protótipo de um Sistema Integrado para Amostragem Intensiva do Oceano Costeiro, co-financiado pelo FEDER.
- ◆ Em 9 de Setembro de 2004 foi prestada uma garantia bancária de 1 050 euros, a favor da Agência de Inovação, SA, destinada a caucionar o contrato de financiamento do projecto da I&D intitulado KOS, no quadro do programa Operacional POSI-Medida 1.3, co-financiado pelo FEDER.

(iii) Garantias reais prestadas a terceiros

Em Outubro de 2004 a APDL foi notificada pelos Serviços de Finanças de Matosinhos da existência dum processo de execução fiscal instaurado pela Caixa Geral de Aposentações no montante de 267 957 euros, referente a quotizações de trabalhadores oriundos de outros serviços do Estado, que a CGA nos imputa, mas que não são aceites pela APDL.

O processo de execução fiscal foi já impugnado pelos nossos advogados e para efeitos de suspensão da execução foi dada como garantia de pagamento um prédio urbano em Leça da Palmeira, registado na Conservatória do Registo Predial de Matosinhos com o nº.02451/110402, onde estão instalados os nossos Serviços de Pilotos.

NOTA 34 - Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
PROVISÕES P/COBRANÇAS DUVIDOSAS:				
DÍVIDAS DE CLIENTES	273 151	103 004	-	376 155
OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS	828 545	421 259	-	1 249 804
	1 101 696	524 263	-	1 625 959
PROVISÕES P/ RISCOS E ENCARGOS:				
PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO	350 287	116 574	-	466 861
REGIME ASSISTÊNCIA PRIVATIVA	40 519 586	1 581 598	(2 273 508)	39 827 676
APOSENTAÇÕES ANTECIPADAS – D.L. 467/99	6 940 966	-	(2 826 077)	4 114 889
FUNDO DE PENSÕES DO EX-INPP	5 484 434	307 665	(571 758)	5 220 341
	53 295 273	2 005 837	(5 671 343)	49 629 767
PROVISÕES P/ DEPRECIAÇÃO EXISTÊNCIAS:				
MATÉRIAS-PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	134 286	-	-	134 286
TOTAL	54 531 255	2 529 837	(5 671 343)	51 390 012

UNID: EUROS

Regime de Assistência privativa

A redução ocorrida no exercício, no montante de 2 273 506 euros, corresponde ao somatório dos encargos efectivamente suportados no exercício, enquanto que o aumento resulta do ajustamento ao valor das Responsabilidades Futuras determinadas por estudo actuarial elaborado com referência à data de 31 de Dezembro de 2004 (Ver Nota 31 (i)).

Provisão para os Encargos com Aposentações antecipadas ao abrigo do DL 467/99

A redução ocorrida no exercício, no montante de 2 826 077 euros, corresponde ao somatório dos encargos efectivamente suportados no exercício, no montante de 2 573 175 euros e ao ajustamento resultante da avaliação dos encargos futuros à data de 31 de Dezembro de 2004, no montante de 252 902 euros (Ver Nota 31 (iii)).

Provisão para Encargos Futuros com o Fundo de Pensões do Ex-INPP

A redução ocorrida no exercício, no montante de 571 758 euros, corresponde aos encargos efectivos suportados no exercício, enquanto o aumento resulta do ajustamento ao valor das Responsabilidades Futuras determinadas por estudo actuarial elaborado com referência à data de 31 de Dezembro de 2004 (Ver Nota 31 (iii)).

NOTA 36 – Composição do capital social

Conforme previsto no artigo 10º do Decreto-Lei 335/98, de 3 de Novembro, que transformou a APDL em Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, o capital social foi fixado, por ajustamento, em 48 000 000 euros, no seguimento da avaliação patrimonial realizada em 1999.

Assim o capital inicial de 4 181 000 contos, fixado na data de constituição da Sociedade, foi alterado por incorporação de parte da Reserva de Avaliação e redenominado em euros, por Deliberação Unânime do Accionista em 21 de Março de 2001.

O capital social é agora constituído por 9 600 000 acções, de valor nominal de 5 euros cada. As acções são nominativas e revestem a forma escritural.

NOTA 37 – Identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital social subscrito

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 o capital é detido na sua totalidade pela Direcção Geral do Tesouro.

NOTA 40 – Movimento das rubricas de capitais próprios ocorridos no exercício

O movimento ocorrido nas outras rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 foi como segue:

	CONTAS	SALDO INICIAL	TRANSFE-RÊNCIAS	AUMENTOS	SALDO FINAL
511	CAPITAL SUBSCRITO E REALIZADO	48 000 000		-	48 000 000
56	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	163 179 211	-	-	163 179 211
571	RESERVAS LEGAIS	1 793 904	368 972	-	2 162 876
574	RESERVAS ESPECIAIS / LIVRES	581 614	-	-	581 614
59	RESULTADOS TRANSITADOS	(46 056 180)	3 320 740	-	(42 735 440)
88	RESULTADO LÍQUIDO				
	EXERCÍCIO 2003	3 689 712	(3 689 712)	-	-
	EXERCÍCIO 2004	-	-	6 741 163	6 741 163
		171 188 261	-	6 741 163	177 929 423

UNID: EUROS

De acordo com a legislação vigente e com os Estatutos da Empresa, anualmente deverá ser transferido para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 10% do lucro líquido apurado em cada exercício até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos accionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital e para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

A Reserva de Reavaliação inclui um montante de 160 183 759 euros resultante do processo de avaliação patrimonial efectuado durante o exercício de 1999.

A Assembleia-Geral de Accionistas realizada em 12 de Abril de 2004, aprovou a seguinte distribuição do resultado de 2003:

	2003
RESERVAS LEGAIS	368 972
RESULTADOS TRANSITADOS	3 320 740
	3 689 712

UNID: EUROS

NOTA 41 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

O custo das matérias consumidas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003 foi determinado como segue:

MOVIMENTOS	MATÉRIAS PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
	2004	2003
EXISTÊNCIAS INICIAIS	280 705	310 344
COMPRAS	340 645	287 459
REGULARIZAÇÕES DE EXISTÊNCIAS	(57 997)	(3 315)
EXISTÊNCIAS FINAIS	242 447	280 705
CUSTO NO EXERCÍCIO	320 906	313 783

UNID: EUROS

NOTA 43 – Remuneração dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003, foram as seguintes:

	2004	2003
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	250 106	247 856
ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO	18 572	16 810

UNID: EUROS

NOTA 44 - Repartição do valor líquido da prestação de serviços por actividades

A repartição do valor líquido das prestações de serviço na totalidade para o mercado interno, apresenta-se como segue:

	2004	2003
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO NAVIO	8 366 956	8 866 423
TUP CARGA	3 121 939	2 980 641
CONCESSÃO DO TERMINAL PETROLEIRO	6 804 708	6 727 459
CONCESSÃO DO TERMINAL DE CONTENTORES	10 002 051	9 396 645
CONCESSÃO DO TERMINAL CARGA GERAL E GRANÉIS	3 463 501	3 343 093
OUTRAS CONCESSÕES	1 537 567	1 512 059
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	1 097 9 32	1 103 689
TOTAL	34 394 654	33 930 009

UNID: EUROS

NOTA 45 – Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003, têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	2004	2003		2004	2003
JUROS SUPOSTADOS	8 032	10 387	JUROS OBTIDOS	875 552	841 597
AMORTIZAÇÃO INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	47 277	47 277	RENDIMENTOS EM IMÓVEIS	1 882	1 816
DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS	392	1 281	DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS	114	153
OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	9 708	126 768	DESCONTOS PRONTO PAGAMENTO OBTIDOS	2 419	1 763
			OUTROS PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	25 310	20 262
RESULTADOS FINANCEIROS	839 868	679 878			
	905 277	865 591		905 277	865 591

UNID: EUROS

NOTA 46 – Demonstração dos resultados extraordinários

Os resultados extraordinários para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003, têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	2004	2003		2004	2003
DONATIVOS	228 580	167 445	GANHOS EM EXISTÊNCIAS	50 679	
DÍVIDAS INCOBRÁVEIS	21 188	2 011	GANHOS EM IMOBILIZAÇÕES	155 351	42 000
PERDAS EM EXISTÊNCIAS	102 035	3 315	BENEFÍCIOS DE PENALIDADES CONTRATUAIS		14 800
PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	37 517	7 932	REDUÇÕES DE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	2 826 078	3 530 744
MULTAS E PENALIDADES	30	599	CORRECÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES	24 216	12 338
CORRECÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES	10 527	129 134	OUTROS PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	2 389 617	2 061 440
OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	3 009 608	3 986 830			
RESULTADO EXTRAORDINÁRIO	2 036 456	1 364 056			
	5 445 941	5 661 322		5 445 941	5 661 322

UNID: EUROS

A rubrica de “Outros Custos e Perdas Extraordinárias” inclui:

(i) um montante de 2 573 175 euros relativo às Pensões de Aposentação pagas no exercício ao abrigo do Decreto-Lei 467/99, de 6 de Novembro (Ver Notas 31 (ii) e 34); e

(ii) um montante de 307 665 euros relativo ao ajustamento resultante do aumento da responsabilidade relativa ao Fundo de Pensões do Ex-INPP à data de 31 de Dezembro de 2004 (Ver Notas 31 (iii) e 34).

O montante evidenciado na rubrica de “Redução de amortizações e provisões” refere-se a variação do valor das responsabilidades por serviços passados, apurado entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, relativamente aos encargos com aposentações antecipadas ao abrigo do Decreto-Lei 467/99, de 6 de Novembro (Ver Notas 31 (ii) e 34).

O valor dos “Proveitos e ganhos extraordinários” inclui um montante de 2 178 488 euros corresponde à componente de subsídios recebidos transferidos no exercício para resultados (ver Nota 48 (iii)), de acordo com a política contabilística referida na Nota 3 h).

NOTA 48 – Outras informações consideradas relevantes:

São as seguintes as informações consideradas como relevantes para além das já mencionadas nas notas anteriores:

(i) Garantias Prestadas por Terceiros

FORNECEDORES

	2004	2003
DEPÓSITOS DE GARANTIA	62 978	55 532
APÓLICES DE SEGURO-CAUÇÃO	372 603	51 826
GARANTIAS BANCÁRIAS	5 085 069	2 369 334
TOTAL	5 520 650	2 476 692

UNID: EUROS

As cauções prestadas por fornecedores são exigidas como garantia da boa execução das empreitadas de obras públicas contratadas, mantendo-se em vigor até recepção definitiva das obras.

CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

	2004	2003
GARANTIAS BANCÁRIAS		
SHIPCHANDLLER'S	8 480	8 978
AGENTES DE NAVEGAÇÃO	74 880	74 880
ACTIVIDADE SUPER. E PERITAGENS	6 235	4 988
LICENCIAMENTO USO PRIVATIVO	5 679 830	4 636 655
APÓLICES DE SEGURO-CAUÇÃO		
AGENTES DE NAVEGAÇÃO	124 699	124 699
SHIPCHANDLLER'S	5 487	5 487
GARANTIAS EM NUMERÁRIO		
ACTIVIDADE SUPER. E PERITAGENS	3 741	3 741
SHIPCHANDLLER'S	6 011	6 011
LICENCIAMENTO USO PRIVATIVO	389	389
TOTAL	5 909 752	4 865 828

UNID: EUROS

As cauções prestadas por clientes e outros devedores garantem o cumprimento das suas obrigações perante a Autoridade Portuária, que lhes emitiu as respectivas licenças para exercício da sua actividade nos Portos do Douro e Leixões.

(ii) Processos judiciais em curso

O montante dos processos judiciais em curso, em que a APDL é arguida, eleva-se a 902 205 euros, encontrando-se este montante provisionado em 50%. Foi ainda mantida uma provisão específica de 15 757 euros para processo judicial transitado em julgado em Outubro 1999 em que a APDL saiu condenada.

Existem ainda acções pendentes em tribunal contra terceiros por indemnizações reclamadas, que atingem os 164 095 euros.

(iii) Acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	2004	2003
ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS:		
JUROS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	141 850	101 067
ACRÉSCIMOS DE VENDAS	718 610	495 755
OUTROS	14 350	33 037
	874 810	629 859
CUSTOS DIFERIDOS:		
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	2 360 372	3 260 605
OUTROS	143 352	109 250
	2 503 724	3 369 855
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS:		
ENCARGOS COM FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS	1 202 921	1 102 836
OUTROS	102 178	41 712
	1 305 099	1 144 548
PROVEITOS DIFERIDOS:		
SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTOS EM IMOBILIZADO	31 562 166	31 562 780
OUTROS	17 634	26 923
	31 579 800	31 589 703

UNID: EUROS

O montante de 2 360 372 euros registado na rubrica “Custos de Conservação e Reparação” refere-se a despesas de conservação plurienal em imobilizado e são amortizados de acordo com a política definida na Nota 3 i).

O registo contabilístico dos subsídios para investimentos em imobilizado é efectuado na conta 274 – “Proveitos Diferidos”, sendo despoletado com a formalização dos pedidos de pagamento à Entidade gestora de cada Programa Comunitário ou Nacional. O saldo desta rubrica corresponde ao valor dos subsídios recebidos e ainda não “transferido” para proveitos, como resultado extraordinário, de acordo com a política contabilística referida na Nota 3 h).

MOVIMENTO SUBSÍDIOS INVESTIMENTO

COD. POC	DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	RECEBIM. EXERCÍCIO	A RECEBER EM 2005	REGULA-RIZAÇÕES	AFECT.BENS IMOB. EXERC.	AMORTIZ. ANUAL	SALDO FINAL
274502	FEDER – ENVIREG	81 418	-	-	-	-	(13 546)	67 872
274504	B2-700 – ESTUDOS	44 373	-	-	-	-	(2 497)	41 876
274505	PO TELEMATIQUE	69 560	-	-	-	-	(20 741)	48 819
274506	PIDDAC – CAP. 50º OGE	652 625	-	-	-	-	(32 631)	619 994
274507	FUNDO COESÃO – 1ª FASE – 018	3 263 712	-	-	-	-	(197 935)	3 065 777
274508	FUNDO DE COESÃO – 1ª FASE – 015 A 017	69 338	-	-	-	-	-	69 338
274509	REFORMULAÇÃO DOS ACESSOS AO TPL	57 833	-	-	-	-	(3 505)	54 328
274511	FEDER – PORTO DE PESCA DA AFURADA	466 875	-	-	-	-	(116 719)	350 156
274512	FUNDO DE COESÃO – 2ª FASE	1 877 835	-	-	-	-	(202 740)	1 675 095
274515	REAB. REORD. MARG. DOURO – OGE	1 386 564	-	-	-	-	(88 313)	1 298 251
274517	TRACCAR II	19 640	-	-	-	-	-	19 640
274518	LINHA B5-700 – PLATAFORMA MULTIMODAL	188 915	-	-	(130 914)	-	-	58 001
274519	PROGRAMA PRAXIS XXI	36 935	-	-	-	-	(19 270)	17 665
274516	FC004 – ACESSIBILID. TERRESTRES – INVEST. EM CURSO	132 529	-	-	-	-	-	132 529
274520	FC004 – ACESSIBILID. TERRESTRES – BENS IMOBILIZ.	16 286 272	-	-	-	-	(1 091 694)	15 194 578
274521	PIDDAC – CAP.50º – III QCA – INVEST. EM CURSO	1 321 421	595 000	-	-	(52 113)	-	1 864 308
274523	PIDDAC – CAP.50º – III QCA	289 322	-	-	-	52 113	(16 235)	325 200
274522	FEDER/POAT – III QCA – INVESTIMENTOS EM CURSO	4 388 141	1 304 314	458 159	(49 735)	(872 413)	-	5 228 466
274525	FEDER/POAT – III QCA	914 797	-	-	-	872 413	(372 662)	1 414 548
274524	PROJ. INVESTIGAÇÃO OCEANOGRÁFICA – PISCIS	14 675	-	-	-	-	-	14 675
274526	PROJECTO KOS	-	1 050	-	-	-	-	1 050
	TOTAL	31 562 780	1 900 364	458 159	180 649	-	2 178 488	31 562 166

UNID: EUROS

(iv) Inscrição registral de propriedade

Durante o exercício de 2004, a Empresa deu continuidade ao processo de inscrição dos seus bens imóveis na Conservatória do Registo Predial, processo esse ainda não concluído por dificuldades burocráticas diversas.

(v) Reconciliação da rubrica de resultados extraordinários evidenciada na demonstração dos resultados por naturezas e na demonstração dos resultados por funções

A demonstração dos resultados por funções foi preparada em conformidade com o estabelecido no Plano Oficial de Contabilidade e de acordo com a Directriz Contabilística n.º 20, a qual apresenta um conceito de resultados extraordinários diferente do definido no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para preparação da demonstração dos resultados por naturezas. Assim, do valor dos resultados extraordinários, positivos no montante de 2 036 456 euros, apresentado na demonstração dos resultados por naturezas (ver Nota 46), foram reclassificados para as rubricas de custo das vendas e das prestações de serviços (a crédito), outros custos e perdas operacionais, outros proveitos e ganhos operacionais e resultados não usuais ou não frequentes, 2 178 488 euros, 3 409 485 euros, 3 153 529 euros e 113 924 euros, respectivamente. Estas reclassificações proporcionam as seguintes diferenças nas diversas naturezas de resultados:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			
	POR NATUREZAS	RECLASSIFICAÇÕES	POR FUNÇÕES
RESULTADOS OPERACIONAIS	4 544 685	1 922 532	6 467 217
RESULTADOS FINANCEIROS	839 869	-	839 869
RESULTADOS CORRENTES	5 384 554	2 036 456	7 421 010
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	2 036 456	(2 036 456)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6 741 163	-	6 741 163

UNID: EUROS



Durante o exercício de 2003, apenas o montante relativo à componente de subsídios recebidos e transferido nesse exercício para resultados foi reclassificado para a rubrica do custo das vendas e das prestações de serviços (a crédito). Assim, para efeitos comparativos, apresentamos abaixo as principais rubricas da demonstração dos resultados por funções do exercício de 2004, preparada de acordo com os mesmos princípios utilizados durante o exercício de 2003:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES			
	2004	RECLASSIFICAÇÕES	2004 DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS UTILIZADOS EM 2003
RESULTADOS BRUTOS	14 914 484	-	14 914 484
RESULTADOS OPERACIONAIS	6 467 217	255 956	6 723 173
RESULTADOS CORRENTES	7 421 010	142 032	7 563 042
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	-	(142 032)	142 032
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6 741 163	-	6 741 163

UNID: EUROS

II. PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único vem apresentar a V. Exas., o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão subscrito pelo Conselho de Administração e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas e por funções e os restantes desenvolvimentos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e relativas à **APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A.**.

Procedemos ao acompanhamento da actividade de gestão da sociedade, com a regularidade necessária e obtivemos as informações mínimas indispensáveis ao desempenho das nossas funções.

O relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspectos da actividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas, além de apontar algumas perspectivas da evolução previsível da Sociedade.

Os critérios de valorimetria foram utilizados de modo consistente com exercícios anteriores.

Tendo em conta as considerações expostas somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos Serviços da empresa o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 3 de Março de 2005

O Fiscal Único

Dr. António Alexandre Pereira Borges, Revisor Oficial de Contas nº.559

Em representação da António Borges, João Macedo & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

12. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A.**, as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2004, (que evidencia um total de 267.755.822 euros e um total de capital próprio de 177.929.424 euros, incluindo um resultado líquido de 6.741.163 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira a apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A. em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 2 de Março de 2005

Dr. António Alexandre Pereira Borges, Revisor Oficial de Contas nº.559

Em representação da António Borges, João Macedo & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas